

ATA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 29-4-2019.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezessete horas e vinte e oito minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente sessão, destinada a apreciar o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18) e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoni Medina, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, José Freitas, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi apregoado documento firmado por Valter Nagelstein, comunicando seu retorno ao exercício da vereança no dia vinte e nove de abril do corrente, tendo o Presidente informado que, em decorrência, cessava o exercício da vereança por Lourdes Sprenger. Foi apregoado documento firmado por Comandante Nádia, solicitando Licença para Desempenhar Cargo Público de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte a partir do dia vinte e nove de abril do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, Lourdes Sprenger. Foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18: nº 30, assinada por Mauro Pinheiro; nº 31, assinada por Mauro Pinheiro e João Carlos Nedel; nº 32, assinada por José Freitas, Alvoni Medina e Hamilton Sossmeier; nº 33, assinada por Aírto Ferronato. Foi apregoado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Mensagem Retificativa nº 01 e para a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18), após ser discutido por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Mauro Zacher, Nelcir Tessaro, Engº Comassetto, Roberto Robaina, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, este em tempo cedido por João Bosco Vaz, e Valter Nagelstein. Na oportunidade, o Presidente registrou o transcurso do aniversário de Dr. Goulart. Também, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Felipe Camozzato. Foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emenda nºs 08, 25, 30, 31, 32 e 33 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18. Foi apregoado Termo de Indicação de Líder, indicando Ricardo Gomes para o cargo de Líder da Bancada do PP

a partir do dia vinte e nove de abril do corrente. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário, à Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18. Foram apregoadas as Emendas nºs 34, assinada por Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Karen Santos, e 35, assinada por Ricardo Gomes, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18. Ainda, Ricardo Gomes solicitou verificação de quórum, indeferida por ora pelo Presidente. Foi apregoado Requerimento de autoria de Aírto Ferronato, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 33 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18. Foi apregoada a Emenda nº 36, assinada por Aírto Ferronato, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18. Posteriormente, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação anteriormente solicitada por Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, por vinte e quatro votos SIM e doze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Márcio Bins Ely e Cassio Trogildo, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, este com Declaração de Voto, e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Na ocasião, foi apregoado documento firmado por Giovane Byl, comunicando sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, por dezenove votos SIM, dezesseis votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert e Ramiro Rosário, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção Márcio Bins Ely. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, por trinta e cinco votos SIM, após ser encaminhada à votação por Paulo Brum, Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Idenir Cecchim, Engº Comassetto, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga e Dr. Goulart, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Giovane

Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Em face da aprovação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, o Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 36 e parcialmente prejudicada a Emenda nº 32. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, por trinta e cinco votos SIM, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, por vinte e sete votos SIM e oito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por José Freitas, Ricardo Gomes, Aírto Ferronato e Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18, por oito votos SIM, vinte e seis votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Ricardo Gomes, Mauro Zacher e Aírto Ferronato, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Giovane Byl, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Engº Comassetto. Durante a sessão, Valter Nagelstein manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Eric Lins, Dr. Thiago e Rodrigo Lorenzoni, deputados estaduais. Às vinte

e uma hora e dezenove minutos, em face do encerramento do prazo regimental, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Alvoni Medina e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h28min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo comunicado firmado pelo Ver. Valter Nagelstein, informando o seu retorno ao exercício da vereança nesta data. Consequentemente, encerra o exercício de vereança, em substituição, da Ver.^a Lourdes Sprenger.

Apregoo comunicado firmado pela Ver.^a Comandante Nádia – LDCP SMDSE – conforme art. 218, inc. VIII, do Regimento, que requer o seu licenciamento do mandato que detém perante este Legislativo a partir de 29 de abril de 2019, para desempenhar o cargo de titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. Declaro empossada a Ver.^a Lourdes Sprenger.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, no ano passado, eu fiquei praticamente todo o mês de março afastado da presidência da Câmara e da vereança em virtude de uma cirurgia de grande porte. Era aprazado um exame de imagem para amanhã de manhã, marcado há bastante tempo. Em função disso, Sr. Presidente, fiz uma série de exames ainda hoje e continuaria amanhã; porém, quero informar a V. Exa. e aos colegas vereadores que não me furto de nenhum tipo de discussão. Eu cancelei o exame, aprazada nova data, e reassumo o mandato para participar ativamente deste momento importante da Câmara. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Será feito o devido registro e a ata do seu pronunciamento.

Peço ao secretário Ver. Alvoni Medina que informe as novas emendas encaminhadas à Mesa.

SECRETÁRIO *ad hoc* ALVONI MEDINA (PRB): Apregoo Emenda nº 30, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo Emenda nº 31, de autoria dos vereadores Mauro Pinheiro e João Carlos Nedel, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo Emenda nº 32, de autoria dos vereadores José Freitas, Alvoni Medina e Hamilton Sossmeier, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo Emenda nº 33, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01, de autoria dos vereadores Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando que sejam votadas em destaque a Mensagem Retificativa nº 01 e a Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 005/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0721/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/18, que aprova a Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGV) para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo ao ano de 2019, altera dispositivos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, fixando novo sistema de alíquotas do IPTU, e dá outras providências. Altera a Lei Complementar nº 312, de 1993, alterando as divisões fiscais para áreas determinadas. Altera o § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 535, de 28 de dezembro de 2005, que estabelece a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador da Unidade Financeira Municipal (UFM), modificando o período de variação acumulada do IPCA utilizado como base para atualizar a UFM. Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 212, de 1989, da Lei Complementar nº 249, de 1991, e da Lei Complementar nº 260, de 1991.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas 01, 03 a 06, 08 a 15, 17, 19 a 22, da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 09;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01, das Emendas 01, 03 a 06, 08 a 15, 17, 19 a 22, da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 09.

Observações:

- com Emendas nºs 01, 03 a 06, 08 a 15, 17, 19 a 22, Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 09;
- retiradas as Emenda nºs 02, 07, 16 e 18;
- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 01-04-19 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em discussão o PLCE nº 005/18. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pujol, colegas vereadores e vereadoras, 29 de abril, 17h30min, a base do governo Nelson Marchezan Júnior retirou o quórum da reunião normal do dia de hoje – usou desse subterfúgio. Pode usar? Pode usar, mas o povo de Porto Alegre saberá as razões. Se nós tivéssemos permanecido na reunião normal... Nós tínhamos dois projetos inclusive de interesse do Executivo. O Secretário Municipal da Saúde veio aqui no início da sessão e desmarcou uma importante reunião com a comunidade do Timbaúva, porque nós conseguimos, junto a um deputado federal, o Marcon, uma verba parlamentar para fazer a ampliação do posto de saúde; foi desmarcada, porque iria se discutir aqui o IMESF e as contratações extraordinárias para esse período de inverno como acontece a cada ano. Estes dois projetos que cuidam da saúde das pessoas não foram votados hoje, por causa do governo – por causa do governo; as senhoras e os senhores sabem que nós não pudemos votar os projetos que tratam da contratação de profissionais que nós precisamos nos postos de saúde.

Deselegantemente, o líder do governo está fazendo um circo, aqui na frente, para que eu não possa falar, o Sr. Mauro Pinheiro. Olha, seria bom se as câmeras pudessem mostrar o siricutico do líder do governo. É siricutico! Exatamente isso! Chilique...

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Foi! Passado, pretérito. Ele vai continuar falando para que eu não fale.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Peço que respeitem o vereador que está na tribuna.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Esse é o estilo, essa é a base do governo Marchezan: baixaria, baixaria. Não, nós vamos discutir, nós vamos lá no Timbaúva, folhetinho preto e branco, modesto, casa por casa. Nós não desaprendemos a militância de base, nós vamos explicar, ponto por ponto, e, quando houver nova marcação de reunião, o povo estará presente; agora virão muito mais pessoas; hoje, vieram os líderes tradicionais, da próxima vez virão muito mais pessoas, muito mais pessoas.

Fazem chacota aqui no plenário dizendo que haveria uma união entre os liberais e oposição, os liberais o PSOL, o PT, etc. e tal. Qual o problema? Democracia é assim, faz parte do jogo, e nós vamos continuar discutindo tanto quanto necessário. Nós vamos repetir um bordão a exaustão – repito: a bancada do Partido dos Trabalhadores,

composta por quatro vereadores, quatro votos, mantém sua posição de que deve haver uma reavaliação periódica da planta de valores como a legislação já manda. No entanto, a proposição do Sr. Prefeito Municipal não é uma reavaliação da planta de valores. Primeiro, mantém três zonas fiscais, que é um absurdo. Baixaram-se as alíquotas das áreas devolutas, quando a legislação diz que lá tem que ter imposto progressivo – Estatuto da Cidade. E mais, o valor venal sempre foi um valor “x” do imóvel; por regra, pela lei, é o valor de mercado. Agora, pergunto: qual o mercado no momento de crise? É só andar no Centro Histórico de Porto Alegre, metade dos imóveis, principalmente comerciais, estão para alugar ou para vender. Como fica isso? Concluo dizendo o seguinte: nós votaremos contra, seja hoje, amanhã ou depois de amanhã.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Faltam 20 minutos para as 18h desta tarde do dia 29 de abril. Esta semana vai ser mais curta. Quarta-feira é o dia tradicional da reunião de líderes, onde geralmente se delibera sobre as pautas que serão votadas na semana seguinte, e na quarta-feira passada, não havia nenhum tipo de movimento por parte da liderança do governo de antecipação da votação do projeto do IPTU. Isso poderia ter sido feito, seria correto, seria transparente, seria justo com a população, que muitas vezes nos cobra a nossa posição, nossos votos. E ela está certa: a população está certa em cobrar dos representantes eleitos neste Parlamento, a população tem o direito de saber o que acontece aqui. E o projeto que estava na ordem de votação, em 22ª posição, ou seja, jamais seria votado nesta semana, mas está aqui, agora, em uma sessão criada às pressas, uma sessão extraordinária que não cumpre prazos regimentais para acontecer; portanto, mais uma vez no atropelo. Isto tem sido praxe desta gestão: atropelar, passar por cima de discussões, não deixar as coisas claras para a população – e mais uma vez destaco a falta de clareza. O atropelo é o que faz com o que o Prefeito desta Cidade tenha atualmente uma aprovação de 8%, é por conta deste tipo de postura, a total falta de clareza, a total falta de senso democrático, o atropelo, empurrando as coisas com a barriga. Essa é a gestão irresponsável que a nossa querida Porto Alegre tem para o lamento de todos nós! É uma vergonha o que está se passando nesta Casa hoje, mudanças nas bancadas, a assunção dos secretários para uma sessão. Esse tipo de atropelo dá a demonstração de quais são as diretrizes, do respeito pelo processo democrático que tem aquele senhor que ocupa o Paço Municipal neste momento. Essas são as suas diretrizes de governo: ignora a população, ignora a Cidade, não quer ouvir, não quer construir, não quer colocar em discussão, não esclarece quando pretende votar um assunto tão importante e que vai mexer significativamente no bolso de boa parte da população desta Cidade. E ainda quer a nossa concordância, quer que nós achemos isso normal! Não quer que nós, vereadores, questionemos o processo que está sendo imposto ao cidadão desta Cidade; não quer que nós, pelo menos,

questionemos essas manobras, essas barbeiragens, diga-se de passagem. O que nós estamos acompanhando aqui é de envergonhar todo aquele que se diz um democrata. Não é assim que funciona esse tipo de política irresponsável que ignora a população, que não traz o debate franco, aberto, público, transparente. Isso é o que faz com que nós estejamos rastejando em termos de busca de um País menos desigual. A proposta em si não me é de todo absurda. Eu sou favorável a alíquotas progressivas, sou favorável, mas eu sou muito mais favorável à transparência. Um governo não pode se encastelar e fechar os olhos para a população ou tratar a população como ignorante. E é isso que se tem feito na sessão de hoje.

Boa tarde e deixo aqui registrada toda a minha indignação com relação a esse atropelo. Até mais.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tenho o prazer de registrar a presença do deputado Eric Lins, um democrata com assento na Assembléia Legislativa do Estado; seja bem-vindo.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Quero apresentar para vocês, colegas e público que nos assiste, o dossiê do IPTU, ou seja, todas aquelas informações digeridas, muito o que a Prefeitura tem mostrado e muito do que ela não mostrou a respeito do IPTU.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Primeiro, a receita municipal trouxe recentemente, aqui na Câmara, o dado de que a arrecadação do Município vem crescendo e cresce muito bem. A receita própria, aliás, cresceu 52,2% em relação a 2012, e o IPTU tem um crescimento real de 7,2%. Ou seja, aquela história de que não é ajustado ou que a arrecadação não cresce não é bem assim. O IPTU vem crescendo, a arrecadação vem crescendo e, quando a gente avança e olha para as curvas de despesas e de receitas, esse gráfico trazido pelo próprio secretário Busatto e pelo prefeito Nelson Marchezan, quando do seu primeiro ano de sua gestão, aqui em apresentação para os vereadores, mostrou que a curva das despesas, em vermelho – esse é o crescimento médio da despesa do Tesouro –, vem, de 2011 a 2016, numa velocidade de quase 10%, enquanto que a receita vem crescendo em torno de 7% ao ano. O que esse gasto deixa claro? Especialmente para quem lida com números e finanças, como é o meu caso, que sou administrador com especialização em finanças, esse gasto mostra que nós temos um problema muito claro de despesas e não de receitas. Porto Alegre arrecada muito bem, inclusive vem aumentando essa arrecadação acima da inflação. O que Porto Alegre não faz é corrigir a curva de despesas, que cresce acima da inflação e

vem crescendo em ritmo maior do que esse. Ou seja, para qualquer gestor público responsável, qualquer atuação em nível fiscal deve ser feita ao lado da despesa e não da receita. Quando olhamos alguns dos problemas da nossa despesa, vemos, na sua composição, quais são as principais contas. A folha salarial é um exemplo, pois ela consome em torno de R\$ 1,7 bilhões do nosso orçamento; temos a previdência consumindo cerca de R\$ 1,3 bilhões; enquanto que as nossas receitas, muito gordas, chegam próximas aos R\$ 7 bilhões deste ano projetadas. E aí nós olhamos para o outro lado, como estamos gastando o nosso dinheiro, e vemos a evolução de muitos dos desperdícios públicos que estão sendo postos e que não estão endereçados neste Parlamento na forma de projetos para serem modificados. Um grande exemplo é a nossa estatal de transporte, a Carris, que vem acumulando déficit recorrente; muito embora o seu último déficit de R\$ 19 milhões seja menor do que os últimos cinco anos, não faz com que ela seja um exemplo, aliás, o déficit só é menos pior. Se pegarmos o acumulado disso, vemos o tamanho do desperdício de dinheiro público, e não foi até então ingressada. Aliás, a última atualização sobre o tema é que a Prefeitura desistiu de fazer consultoria sobre o que fazer com a nossa Carris. Portanto, está conivente com um ralo de dinheiro como esse. Nós teríamos ainda para a discussão a própria Procempa que, em 2018, ainda não apresentou seus dados de situação fiscal; a própria EPTC, que consome aí valores bastante significativos, se formos somá-los, teríamos um valor de arrecadação que se assemelha ao valor de IPTU. O que vemos também é que Porto Alegre ranqueia muito bem, quando arrecada per capita os seus impostos. Especialmente na arrecadação *per capita*, no acumulado, em todos os tributos municipais, Porto Alegre ranqueia muito bem e acima da sua posição, quando comparamos às capitais brasileiras e suas populações, com destaque especial para o IPTU. A cobrança de IPTU em Porto Alegre a coloca no mesmo patamar de tamanho de população, perfeitamente compatível, portanto, com o que é a nossa Cidade. Não estamos pagando pouco IPTU, isso é uma mentira. Estamos pagando pouco IPTU nos desejos do prefeito, nos desejos da Secretaria da Fazenda, mas não na realidade.

Porto Alegre é a 8ª capital em arrecadação de IPTU, muito embora sejamos a 9ª em população. E, na competição com a Região Metropolitana, nós somos disparados a cidade mais cara, ou seja, as pessoas que moram na nossa Cidade, os empreendedores da nossa Cidade já estão fazendo um movimento de deixar Porto Alegre, porque nós ficamos muito caros, nós inviabilizamos que pessoas especialmente as mais pobres morem na nossa Cidade, que especialmente os pequenos negócios fiquem na nossa Cidade, e com isso levam a arrecadação e os empregos.

Em 2013 nós tivemos uma arrecadação de uma das variáveis de IPTU que subiu 300% na média, ou seja, IPTU tem sido atualizado, sim, em suas variáveis e no ajuste inflacionário. Quando a gente olha para o número de matrículas que aumentam, nós temos 54,8% de matrículas aumentando mais da metade dos pagadores de IPTU; mais da metade das matrículas terão aumento. E, se a gente for olhar para pagadores de IPTU, nós temos mais de 60% de aumento para em torno de 30% da população, lembrando que, daqueles 14% que receberão isenção, 90% deles já não pagam IPTU, porque são inadimplentes e a Prefeitura não consegue cobrá-los. Então, quando a gente

olha para quem efetivamente paga IPTU são tranquilamente mais de 70% de aumentos na nossa Cidade, e, no comércio, o aumento dos imóveis não residenciais é de quatro vezes o aumento dos residenciais. Isso significa que nós vemos pela frente um potencial aumento de custos fixos que desencadearam um aumento generalizado de preços e também uma possível perda de empregos na nossa Cidade. Isso são R\$ 250 milhões a menos no bolso da família e a mais para o caixa da Prefeitura para usar no rombo da previdência e na folha salarial.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Fazemos o registro, neste momento, do aniversário do nosso colega Ver. Dr. Goulart, que está completando mais um ano de existência. Por razões técnicas, eu não vou dizer quantos anos são. (Palmas.)

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Parabéns, Ver. Dr. Goulart. Quero saudá-lo, Ver. Reginaldo Pujol, comandando os trabalhos. Volto a esta tribuna dizendo que não há necessidade de nós votarmos este projeto hoje. Eu não quis, aqui, constranger alguns vereadores, mas quero repetir que há necessidade da volta desses vereadores. O Ver. Valter Nagelstein já voltou, já está aqui conosco, e não foi porque eu disse aqui; ele voltou porque ele tem esse compromisso com a população de Porto Alegre. A Ver.^a Mônica Leal não precisa ser prefeita a esta hora, o Procurador do Município poderia assumir e ela vir para cá, para votar conosco. Até então, nós tínhamos quatro vereadores e três contra o aumento do IPTU; agora ficamos com os dois contra, um a favor, mas a nossa bancada encolheu: de quatro, ficou com três vereadores – isso é inédito, pois elegemos quatro e estamos com três. É bom a gente ter essa noção de que a gente pode debater hoje, mas acredito que não seja votado hoje, que nós possamos votar em outro dia. Eu não quero constranger ninguém, mas a carreira política tem o seu ônus e o seu bônus. Tem um aspecto que, pela minha experiência de cinco mandatos, eu aprendi e vi, principalmente vi, que, quando se faz maioria dos governos municipal, estadual e federal é para massacrar a população, com impostos principalmente. Isso é notório: sempre que se tem maioria ou se faz maioria momentaneamente, extraordinariamente, é para punir a população com mais impostos. Aqui no Estado, pagamos 30% de impostos na gasolina, na energia elétrica e em outros produtos. Melhorou o Estado? Não, gente! Não melhorou! Não melhorou! A questão é gestão. Não é fazer o cidadão cada vez pagar mais. Os isentos já são isentos. O problema é que principalmente a classe média, que neste País está cada vez ganhando menos, é que vai pagar sempre! Ou vocês acham que o comércio, em Porto Alegre, vai gostar desse aumento? A Associação Comercial esteve aqui, na semana passada, deixando um manifesto, para que nós entendêssemos as razões dela. Olha o que tem de lojas fechadas no Centro da Cidade e nos bairros de Porto Alegre. Quem é que paga o condomínio? Quem paga o aluguel? Quem paga o IPTU? Se não é o proprietário, é o inquilino, esse vai pagar mais. As lojas vão continuar fechadas ou vai aumentar o

número de lojas fechadas. Porto Alegre tem de se dar conta de uma questão: tem dois projetos, desta Casa, um do Ver. João Dib e outro do Ver. Sebastião Melo, de legalização dos imóveis irregulares em Porto Alegre, que, até hoje, não saíram do papel. Eu apresentei, baseado em São Paulo, indicativo, pois não temos condições de obrigar, para que se faça a avaliação desses milhares de imóveis que não pagam IPTU, porque não tem habite-se. As pessoas querem ter habite-se, mas a Prefeitura deve ter condições. Agora mesmo, estava sendo votada a contratação de médicos, de funcionários, assim, assado. Por que não contratar técnicos para regularizar essa situação? Uns 50, 100 técnicos para regularizar essa situação, pois vai entrar dinheiro no caixa da Prefeitura com mais IPTU. Então, essa é a realidade de por que nós somos contra. Eu nunca votei, na Assembleia ou aqui, aumento de impostos. Daí uns dizem que não é aumento de imposto, é apenas uma correção, uma avaliação. Os imóveis estão todos desvalorizados na Cidade, é uma criminalidade exagerada, e vão taxar os imóveis quando eles estão perdendo valor. É o contrário: se o imóvel está valorizado, as pessoas querem vender, e não conseguem vender. Se está valorizado, bom, até pode, quem sabe, aumentar o IPTU, mas não é o caso, estão desvalorizados. O cidadão paga muito imposto municipal, estadual, federal. Sempre paga pelas péssimas administrações! Ou vocês acham que essa administração do Marchezan – desculpem-me – vai melhorar até o ano que vem? Pelo amor de Deus! A cidade está assim e vai continuar assim. Não é com dinheiro. O dinheiro é para pagar os empresários que a Prefeitura deve, não vai ser revertido para a população, para tapar essa quantidade de buracos, arrumar a iluminação para a qual, inclusive, aprovamos aqui uma PPP. Não estamos fugindo da responsabilidade. Nós votamos a favor da maioria dos projetos aqui nesta Casa, mas este é o momento de esta Casa ter vigor. Tenho na minha gaveta uma relação daqueles que há um mês ou dois votavam contra o IPTU, Ver. Robaina. Tenho lá! Mas como mudou! Mudou por quê?

Este aspecto é que cito sempre: quando se faz maioria nas casas parlamentares, em média, é para aumentar impostos. Nós não podemos deixar aumentar esse imposto, isso só vai penalizar esse cidadão que quer empreender, quer dar emprego, quer vender o seu produto e não conseguirá. O aís está parado e nós queremos aumentar IPTU para o cidadão, para o comerciante, para toda a população. É uma vergonha! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 08, 25, 30, 31, 32 e 33 ao PLCE nº 005/18.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadoras, vereadores, público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Primeiro, quero dizer que, lamentavelmente, o governo, mais uma vez, dá uma demonstração de incoerência, isto é, coloca como prioridade um projeto de lei, quando, na verdade, havia mais de 20 projetos na frente desse do IPTU. E aí eu digo aos nobres vereadores e vereadoras, cidadãos de Porto Alegre: o prefeito diz que Porto Alegre tem 767 mil imóveis que pagam um determinado valor de imposto; e mais de 50%, com a nova planta de valores, reduzirá o valor do imposto. Duas mentiras. Primeiro, porque, na verdade, não são 767 mil imóveis que pagam imposto; é mais, muito mais de 1 milhão de imóveis. E talvez, mais de 500 mil que poderiam pagar imposto, como falou aqui meu colega anteriormente, como não foi feita a regularização desses imóveis, porque eram áreas do Estado ou áreas verdes do Município, até então, aguardam pela regularização do Município para poder pagar imposto, isto é, para ter seu título de propriedade. Mas o governo não faz nada, o governo não faz nada, simplesmente quer taxar aqueles cidadãos de hoje, da classe pobre, da classe média, que, na verdade, não têm condições de continuar pagando ou sofrendo um aumento de imposto. E aí ele taxa até uma determinada faixa, isto é, R\$ 1,2 milhão, R\$ 1,3 milhão. Para imóveis de um valor significativo, acima de R\$ 5 milhões, nós não vimos nada no projeto de lei. E o governo quer arrecadar até R\$ 70 milhões/ano! Para onde vão os R\$ 70 milhões/ano que o governo quer arrecadar com a majoração do IPTU? Ele diz, inclusive – e aí vem a segunda mentira –, que o valor vai baixar em mais de 300 imóveis, e dá um exemplo: um imóvel que hoje pagaria R\$ 50,00 de imposto, ele só pagaria o valor real, que para ele seria R\$ 300,00 – quem paga R\$ 50,00 deveria estar pagando R\$ 300,00 –, em 2022. Então ele está dizendo que está aumentando imposto! Mais do que 30% ao ano só no valor venal, dá mais do que 100%. Portanto, ele está aumentando imposto, sim, mas de quem? Dos pobres e da classe média, porque, por exemplo, aos grandes empreendedores que mantêm o domínio, mandam, têm a propriedade da maior parte dos vazios urbanos, ao grande empresariado, ele baixa o valor do imposto dos vazios urbanos. Então, esse projeto é uma enorme incoerência. Se tivesse vindo uma mensagem retificativa mudando significativamente esse projeto, abrindo uma discussão com a sociedade, regionalmente, e com os vereadores, ele até poderia ter sucesso, mas só terá sucesso porque ele comprou muitos vereadores nesta Casa! Tem que ser dito isso, ou o senhor acha que os CCs que foram nomeados, e continuam sendo nomeados, não têm nada a ver? O governo Marchezan tem 86% de rejeição, e agora a rejeição vai recair também sobre os vereadores que votarem a favor do aumento de imposto. Os senhores não estão preocupados com a eleição que vem aí?

Os senhores não estão preocupados em ser cobrados pela população, como todo mundo que vai para rua é cobrado? Parece-me estranho. Eu ando pela rua e vejo que é voz corrente a indignação dos cidadãos com o aumento de imposto, com a privatização da saúde, dos parques e praças e, mais do que isso, com a burocracia, com a Cidade abandonada, como está Porto Alegre. É lamentável ver aqui que o governo, eu diria uma parte de algumas bancadas cooptadas, vai aprovar o IPTU, lamentavelmente. A população paga de novo, e eu tenho certeza absoluta: o resultado virá na eleição do ano que vem. Lamentavelmente, de novo, os pobres pagam a conta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Registro, com muita satisfação, a presença do deputado e nosso ex-colega vereador, Dr. Thiago Duarte – alegria em tê-lo conosco, Dr. Thiago!

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, voltar a esta tribuna para falar do IPTU, para mim, é repetir algo que nós já estamos dizendo há alguns anos, 2017, 2018. Este plenário aqui já travou as suas lutas derrubando, em votações, e derrotando o governo. Posteriormente, nós fomos à justiça, porque o governo tinha a pretensão de votar a mesma matéria na mesma sessão legislativa. Após, nós também vencemos fazendo com que o governo, então, retirasse, depois de uma liminar também concedida pelo Tribunal de Justiça, garantindo que a votação fosse de portas abertas, que as galerias pudessem ser ocupadas pelos servidores que naquela hora se preocupavam com o projeto que dizia respeito às suas carreiras e pelos cidadãos e associações que estavam aqui presentes em função deste projeto do governo que pretende atualizar a planta do IPTU.

Eu quero dizer a todos os colegas vereadores e àqueles que nos assistem e que acompanham aquilo que eu tenho registrado que, no que diz respeito à política fiscal do Município, a responsabilidade é de todos nós – este vereador aqui está sempre aberto e disposto –, não é apenas um compromisso do governo, é um compromisso de todos nós. A Cidade ter uma saúde financeira, ter o equilíbrio das suas contas públicas, possibilitando que nós possamos honrar com servidores, com fornecedores, garantindo à população serviços de qualidade, isso é nossa responsabilidade. Agora, nós vamos discutir os caminhos que o governo vai tomar, evidentemente; tratando-se de matéria legislativa, nós vamos aqui discutir com o governo quais são os melhores caminhos. E nós estamos dizendo para o governo que este projeto, elaborado pela Fazenda, nós já conhecíamos e que ele é ruim. Ele é ruim porque vai taxar a Cidade! Uma planta genérica, Ver Nedel, que me assiste com atenção, ela pode, sim, resolver injustiças que nós temos na Cidade, e que nós sabemos! Mas ela vai causar outras tantas injustiças, principalmente no setor produtivo. Se nós passarmos pela Av. Osvaldo Aranha, pela Av. Benjamin Constant ou pela Av. Protásio Alves, o que nós mais encontramos são lojas fechadas! E não estão fechadas por acaso, estão fechadas porque os negócios não

se viabilizam mais nesta Cidade! Porque há uma economia estagnada! Um Estado que paga mais impostos que os outros Estados! Um Estado que está gerando desemprego, incapaz de retomar a sua economia. E é isso que nós estamos fazendo, nós estamos aqui copiando exemplos muito bem-dito pelo Ver. Cassiá, de novamente resolver os problemas que nós temos de desequilíbrio das contas, taxando o cidadão! Taxando o setor produtivo! E esse é o caminho que nós conhecemos que não irá dar certo.

Olha, quando nós vamos comparar Porto Alegre às outras capitais, o que nós encontramos? Uma Cidade que tem feito o dever de casa. Nós temos o superávit no Orçamento no Município. Nós temos o IPTU, que está *per capita* acima da média nacional. Isso são números que nos confortam? Não. Nós sabemos que temos os nossos desafios, mas são números que nos dizem com clareza que nós não devemos aumentar impostos. Por quê? Porque, se formos olhar no bolo tributário, *per capita*, nós também estamos acima da média nacional, muito acima da média nacional, o que significa que o contribuinte municipal já está pagando mais do que em todo o Brasil. É por isso que nós voltamos à tribuna: para dizer que nós temos outros caminhos para enfrentar a despesa, para qualificar a receita do Município, que nós possamos garantir ao Município a saúde financeira necessária para que possamos, novamente, devolver uma cidade que tenha ruas não esburacadas, parques bem cuidados, praças bem cuidadas, uma cidade limpa! O que nós temos hoje não é apenas uma desaprovação de governo com 85,5%; nós temos é uma cidade abandonada. O investidor vai embora e nós iremos acabar com a nossa economia, se nós dermos os 19 votos a favor desse projeto. Diga não ao aumento do IPTU.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Venho a esta tribuna para falar sobre o IPTU, mas também para repudiar o que o meu colega Oliboni falou. Eu não acredito que haja compra de votos aqui na Câmara de Vereadores por parte do prefeito. Não acredito! Cada um aqui sabe o que está fazendo e foi eleito para fazer o que é necessário para a Cidade. Em relação ao IPTU de Porto Alegre, faz 29 anos que sua planta não é atualizada. Todos aqui sabem das distorções; eu não sou a favor de aumento de impostos, mas acho que tem que se fazer alguma coisa, e vocês também vão entender. Vocês acham que o Parque Germânia pode pagar o mesmo IPTU do que a Vila Ipiranga? O Parque Germânia é na Vila Ipiranga de Porto Alegre. Ela tem o IPTU desse tamanhinho, em consequência o Germânia também é desse tamanhinho. O Ecoville, lá no Sarandi, no meio do Sarandi, perto do Santo Agostinho: como fica o Ecoville, ele está com imposto denominado pela área do Sarandi? Será que não tem que adequar – não é aumentar imposto – os imóveis que estão com uma planta muito baixa e antiga? Nós temos o Alphaville, que foi criado ali na Vila Nova. Qual é o imposto que ele está pagando hoje? O mesmo que o seu. Quem vai pagar mais é aquele que tem os

imóveis maiores. Agora, estão esquecendo que existe uma lei de 2010 onde as famílias que têm o bônus-moradia de Porto Alegre não pagam imposto nenhum, são isentas de IPTU. A maioria não sabe disso, mas está na lei, são isentas nesses imóveis de baixa renda, porque são famílias que ganham até R\$ 1,8 mil. E aí, por consequência o poder público tem, sim, o dever de fazer com que haja o equilíbrio, e essas famílias não pagam imposto. Todas as famílias que estão saindo da Vila Tronco não pagam imposto, é bônus-moradia. As famílias que saíram da Dique/Nazaré não pagam impostos, porque elas estão com o bônus-moradia, valor que é estipulado por lei, está na lei de 2010, está na lei, é importante saberem disso. O que há aqui é um equilíbrio na planta. Vinte e nove anos, nós temos que fazer o equilíbrio. Não venham me dizer que vão fechar tantos comércios na Av. Farrapos, porque, nessas regiões, o IPTU já está praticamente adequado, mas nós temos que equilibrar com as demais regiões. Temos que analisar o projeto num todo, não pensando em si. Eu vou ter 100% de aumento de imposto, vou pagar, porque tem que ser equânime com todos os moradores de Porto Alegre. O percentual a ser pago não é um percentual de acréscimo, é a planta que está sendo adequada aos valores. Hoje, no seu carnê de IPTU, para um imóvel que vale um milhão, consta de valor venal R\$ 250 mil, mas o valor venal é de R\$ 1 milhão! Por que essa diferença tão grande entre a avaliação municipal e a avaliação que faz com que deveria ser o imposto a ser pago: se vale um milhão, por que tem que ser R\$ 250 mil? Eu sou contra aumento de impostos, mas digo mais uma vez: vamos ver o equilíbrio da justiça, fazer justiça com todos os moradores de Porto Alegre. Vamos fazer com que o IPTU seja realinhado, tem emendas boas que não alteram o projeto, que podem ser votadas favoravelmente, para equilibrar o projeto, mas vamos analisar com cautela. Nós precisamos que haja equilíbrio no pagamento de impostos em Porto Alegre, e não uns pagarem e outros não pagarem, isso não é justo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou iniciar pela cobrança que há poucos minutos fez o Ver. Moisés à nossa bancada. “Vocês vão votar a favor, porque o Tarso disse que é necessário reavaliar a planta de valores da Cidade.” É verdade, o Tarso disse isso e nós concordamos que a planta de valores tem que ser reavaliada sob o ponto de vista do desenvolvimento de uma cidade, Ver. Cassiá, V. Exa. que tem nos cobrado muito nos últimos dias. Quero dizer que o aumento de impostos na cidade de Porto Alegre desvinculado de um projeto de investimento e desenvolvimento é, novamente, nos pedir para assinarmos um cheque em branco – para, pelo menos nós, da oposição –, sem apresentar nada que beneficie a população de Porto Alegre. E vou fazer alguma justificativa, Ver. Tessaro. Primeiro, aqui está o projeto, e não encontrei uma vírgula na

cobrança dos aproximadamente R\$ 700 milhões de dívida de IPTU que tem na cidade de Porto Alegre. O que será feito? Qual será o tratamento para essas dívidas?

Segundo, não encontrei aqui uma cobrança efetiva dos vazios urbanos da cidade de Porto Alegre, que estão ali sem benefício para a Cidade, sem construir, enquanto a infraestrutura está passando ali – água, energia; fibras óticas, colocadas pela Procempa. São investimentos públicos que passam por esses imóveis, que não contribuem com o que diz na Constituição, de cumprir a função social da propriedade – isso tudo não está aqui no IPTU progressivo, como deveria ser. Ver. Reginaldo Pujol, fui perguntado se votaria contra ou a favor do IPTU, mas eu poderia votar favoravelmente se o prefeito apresentasse um projeto junto com este para regularizar os 50% da Cidade, que está irregular: Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta, Santo Antônio, Belém Novo, e por aí vai! E aqueles que não fecharam o seu comércio ainda, não conseguem ter o alvará de funcionamento, porque não têm o habite-se; não têm o habite-se, porque a vila é irregular, e a vila é irregular porque a prefeitura não apresenta um projeto de regularização dessas comunidades. Agora, essas comunidades terão um aumento no IPTU. Mas como vamos aumentar o IPTU dessas comunidades, se não oferecermos em troca condições para que eles tenham uma dignidade na sua economia e possam pagar? Vou repetir: a nossa bancada nunca foi e não é contra a reavaliação da planta de valores, mas uma reavaliação que venha junto com um projeto de desenvolvimento. Vereadores aqui presentes, qual foi a estrada de Porto Alegre que foi pavimentada nesse último período, vereadores? Lá da Extremo-Sul, qual foi? Nenhuma! Qual será? Nenhuma! Onde estão os programas habitacionais da Prefeitura de Porto Alegre para reassentar mais de 70 famílias que estão sendo despejadas? Não há! Bom, como é que nós podemos cobrar mais impostos destas famílias, desta população?! Como podemos cobrar?! Aqui no Centro de Porto Alegre tem mais ou menos 15 mil unidades habitacionais vazias, abandonadas, que têm dívida de IPTU. Neste projeto, o Prefeito poderia ter apresentado de incidir sobre isso e exigir a sua revitalização para a moradia popular no Centro da Cidade. Quem não gostaria de morar no Centro da Cidade, num desses projetos que estão ali abandonados? E a lei já diz que quem deve IPTU por mais de cinco anos, o poder público pode ir lá e destinar esses imóveis para a utilização de habitações. Eu concluo, Sr. Presidente, com a sua anuência, dizendo que este projeto, como está, não oferece nada à Cidade a não ser aumentar os impostos, portanto nós não podemos e não votaremos a favor. Justifico aqui a contradição que os colegas estavam querendo colocar na nossa bancada, Sr. Presidente, do Partido dos Trabalhadores. Com a sua coerência, votaremos “não”.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo Termo de Indicação de Líder, constituindo o Ver. Ricardo Gomes como líder indicado para liderança do PP, a partir do dia 29 de abril de 2019.

Apregoo a Emenda nº 34, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLCE nº 005/18.

Apregoo a Emenda nº 35, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, nós não podemos, a cada dois discursos, fazer uma verificação de quórum. Eu vou ceder: durante a discussão, é a última verificação de quórum que eu permito. Isso é discricção da presidência, sou autorizado pelo Regimento, e tenho procurado ser o mais democrático possível na condução dos trabalhos. É uma homenagem que eu faço a Vossa Excelência.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras, o que nós estamos votando aqui vai ter impacto na economia da cidade, vai ter impacto na economia das famílias da cidade de Porto Alegre. E é um impacto razoável, porque é uma forma de o governo se financiar através da carga tributária, é verdade, mas, quando nós temos um governo cuja lógica é a aplicação de um plano recessivo na cidade de Porto Alegre, um plano cujos desdobramentos da economia são a redução da produção, a redução do emprego, a redução do investimento público, quando essa é a lógica do governo, quando o governo aumenta a sua capacidade de arrecadação, inevitavelmente, ao aumentar a capacidade de arrecadação, ele reduz das famílias a sua riqueza; quando o governo aumenta em cerca de R\$ 60 milhões, R\$ 70 milhões para o ano, no caso o ano que vem, a sua receita, esses recursos que o governo tem a mais são recursos que as famílias, que as empresas têm a menos. Isso é muito importante ter presente. O que nós estamos votando, ao aumentar o IPTU, nós estamos votando a proposta do governo Marchezan, que se elegeu dizendo que não ia aumentar impostos, foi quase o principal eixo de campanha do governo: “Nós não vamos aumentar impostos, os problemas podem ser resolvidos sem aumento de impostos”. Pois faz mais de dois anos que só o que o governo tenta é atacar servidor público e aumentar carga tributária. Pois bem, este governo que está querendo tirar cerca de R\$ 70 milhões, R\$ 80 milhões da economia das famílias, o que ele vai fazer com esses recursos? Esse é o problema. Além de reduzir a riqueza, a economia da população, o governo não utiliza os recursos públicos para desenvolver a cidade de Porto Alegre, para melhorar a saúde pública, para melhorar a segurança pública, para melhorar a educação. Por exemplo, um dos grandes planos – e o governo está gastando com isso – é a contratação de consultoria para fazer a terceirização do HPS. É dinheiro público, dinheiro que o governo Marchezan gasta com consultoria para privatizar o coração da saúde de Porto Alegre, para piorar a saúde de Porto Alegre. Quando o governo Marchezan consegue mais dinheiro, o governo, ao invés de melhorar a vida do povo, faz gastos que prejudicam a população. Então este governo não merece gerenciar um único centavo a mais, um único centavo a mais. E aqui tem muitos vereadores que viraram vereadores só hoje, é secretário de estado,

secretário do governo e hoje resolveu assumir a vaga de vereador. Talvez porque o governo saiba que só consegue maioria fazendo isso. Eu tenho confiança no povo de Porto Alegre, de que o povo de Porto Alegre vai olhar o aumento do IPTU no ano que vem e vai se informar quais os vereadores que votaram a favor desse aumento. Eu tenho convicção de que o povo vai acompanhar mais a política. E um governo como o governo Marchezan que aumenta – isso, sim, o governo faz – recursos para publicidade. Eu prefiro que, ao invés de o governo Marchezan ter mais recursos, recursos que ele utiliza ou para pagar consultoria para privatizar a saúde ou para aumentar a publicidade para sair da lona... Nós temos que levar em conta, o governo Marchezan está na lona, 8% acham que ele está bom; o resto acha que ele está péssimo. Então ele está decidido a fazer muita publicidade para dizer que ele está melhor, só que ele quer fazer publicidade com o dinheiro do povo. E o povo não tem por que apoiar vereadores que se curvam diante desse projeto político recessivo. Portanto, a nossa posição é contrária a este aumento de impostos. A classe trabalhadora, a classe média, o povo da Cidade não pode seguir pagando por um governo incompetente, antipopular e recessivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Muito obrigado, vereador. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu me inscrevi porque acredito que é importante todos e todas se posicionarem frente a este projeto, um projeto muito complexo, muito polêmico. De fato, acredito que a Planta Genérica de Valores da Cidade, em 27 anos, está desatualizada e que seria importante atualizá-la no sentido de corroborar com uma justiça social, com uma justiça tributária, pensando o desenvolvimento da Cidade, uma Cidade que está tão segregada entre ricos e pobres, entre bairros nobres e periferia. Porém, a gente não pode descontextualizar esse projeto da crise econômica e financeira que está afundando a nossa Cidade. Os trabalhadores vêm sentindo muito isso, bem como os moradores. Em Porto Alegre há 219 de milhões de trabalhadores que estão hoje vivendo numa situação de desemprego, subemprego; também é uma Cidade que vem sendo, sucessivamente, desleixada por parte da atual Prefeitura. Hoje a gente vive na cidade dos buracos, em que 85% da malha viária da cidade está com a vida útil vencida; é a cidade que vive o caos de falta de água e luz nos bairros periféricos, principalmente no verão; é a cidade que tem a segunda maior categoria de trabalhadores servidores públicos, municipais, estaduais e federais, sendo que os do Município e do Estado estão com o salário defasado, sem reajuste inflacionário há mais de dois anos; é a cidade em que falta creche; é a cidade da segregação. É importante a gente ressaltar que hoje aumentar imposto é retirar ainda mais dinheiro do bolso do trabalhador – um aumento de R\$ 200, R\$ 300, R\$ 400 para um trabalhador que mora no bairro Restinga ou na Lomba do Pinheiro é aprofundar ainda mais a precariedade de vida desses moradores. Hoje a gente não tem nenhum tipo de controle, de transparência e nem de

confiança dos dados apresentados pela Prefeitura. Saiu, na semana passada, no Jornal do Comércio, que o caixa da Prefeitura é superavitário, então, tudo leva a crer que hoje o prefeito querer aumentar o imposto nada mais é que dar continuidade para uma política de isenção para os grandes empresários da cidade. Vale sempre lembrar que, nos últimos dois anos, foram R\$ 36 milhões de impostos exonerados dos setores dos empresários da Cidade, além de toda essa denúncia que a gente vem levantando em torno da propaganda, em torno da folha de pagamento dos cargos comissionados, que correspondem a R\$ 100 milhões só neste ano de 2019. Ou seja, dinheiro tem, o que vem acontecendo são opções políticas de governança. Ao invés de garantir os direitos da população, quer a terceirização da gestão do HPS, do posto da Bonja, do posto da Lomba do Pinheiro. Isso nos leva também ao questionamento: aumentar o IPTU para quê? Para que aumentar IPTU se hoje boa parte dos direitos, que deveriam ser garantidos pelas instituições públicas da Cidade, estão sendo postos nas mãos de empresários, na mão da iniciativa privada?

Por todo esse contexto que eu relatei aqui, nesta fala, eu acredito ser importante a gente ter um posicionamento contrário a essa política, visto que hoje não tem nenhuma garantia de contrapartida desses impostos para garantir uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores da Cidade, sobretudo, aos trabalhadores da periferia. Então, tendo em vista a manobra que foi realizada aqui hoje para que este projeto seja votado de uma forma tão acelerada e de forma tão democrática, também reverbera a nossa denúncia de estar colocando aí o governo Marchezan, junto com a base aliada dos vereadores, junto com os conchavos desses grandes interesses da Cidade que querem vender os grandes negócios em detrimento aí de uma qualidade de vida, de trabalho para a grande maioria da população. O governo, que tem somente 8% de aprovação; com certeza, isso vai refletir e vem refletindo numa cidade que, cada vez mais, está abandonada, mais violenta e com mais insatisfação por parte da grande maioria do editorado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sr. Presidente, Ver. Pujol, demais vereadores, nós estamos no terceiro ano do governo Marchezan e a sigla IPTU, talvez, seja a mais falada na cidade de Porto Alegre nos últimos três anos. E quando nós analisamos o projeto, a esta altura do governo, passados já dois anos e meio, percebemos que analisar como o governo se mexe, que nível de confiabilidade ele tem, não só dos vereadores de oposição, mas daqueles que se dizem independentes e, nesse caso, até de vereadores da base do governo, é fundamental para entender o posicionamento de cada um aqui dos 36 parlamentares. No ano de 2017, a primeira vez que o projeto veio para esta Casa – é bem verdade que ele não tem muitas alterações –, o prefeito, que, antes disso, havia xingado – e a palavra é essa – a Câmara Municipal,

feito manifestações pelas redes sociais, com adjetivos muito fortes às questões partidárias, parecia que estava ainda no impulso da eleição de 2016. E depois tentou fazer um gesto de chamar as bancadas. Eu acredito que todas as bancadas sentaram com o prefeito, lá em 2017, e um dos temas da conversa era o tema do IPTU. Mas eu não sei se pode se chamar de conversa, porque, na conversa da bancada do Partido dos Trabalhadores com o prefeito, os nossos pedidos, as nossas questões colocadas simplesmente foram ouvidas pelo prefeito e sequer foi dado andamento ou encaminhamento posterior àquilo que colocamos.

Depois, em 2018 – quero lembrar aqui –, o projeto do IPTU vem com regime de urgência e fica, durante semanas ou meses aqui, trancando, esperando fazer maioria. Lembrando que, em 2017, a derrota foi imposta e comemorada por vereadores da base do governo. Então, esse é um primeiro ponto, é um projeto que traz a contradição da própria base do governo. Em 2018, o prefeito percebe que não tem votos, ainda não conseguiu conquistar a maioria e, portanto, retira o projeto. E é nesse vaivém e nesse não compromisso com emendas e com uma discussão realmente formada e informada sobre o tema é que nós chegamos agora, em 2019, para analisar, iniciando a discussão por volta das 18h. Não quero nem aqui fazer essa referência à questão dos titulares que assumem, à saída da Presidenta Mônica, que também tem se colocado publicamente contrária ao projeto. Já foi falado isso e não quero aqui repetir. Nós estamos tratando do IPTU, de novo, com nenhum grau de confiabilidade em relação ao que acontecer aqui, talvez nem os vereadores da base do governo que fazem emendas tenham certeza que as suas emendas, depois, Ver. Cassiá, não serão vetadas pelo próprio prefeito. Então, vamos seguir, o governo parece ter a intenção de votar hoje. E aqui o tema trazido já pelo Ver. Comassetto é um dos tantos temas que nos faz ter posição contrária – a questão dos vazios urbanos.

Na legislação atual há um escalonamento dependendo de critérios técnicos e valores do imóvel dos terrenos não edificados. Esse escalonamento vai até 6%. O prefeito diz que nós estamos em contradição por não defender a progressividade, mas ele justamente, neste projeto, tira a progressividade, se é que podemos chamar assim, dos vazios urbanos. Ele reduz para 3% de forma geral, ou seja, um terreno lá na periferia da Cidade que não tenha a mesma valorização de um terreno vazio na região central pagará o mesmo percentual. Trago só esse elemento aqui, depois discutiremos as emendas, para mostrar o erro do prefeito em gerar e favorecer a especulação imobiliária, favorecer os vazios urbanos, gerar distância na cidade, e isso não é bom para Porto Alegre. Esse é um dos tantos motivos que nos fazem ser contrários. Boa discussão, e vamos aos votos, então. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos discutindo um projeto que é fundamental para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre. Nós, lamentavelmente, temos discutido apenas olhando os números do caixa da Prefeitura. Dizem que há, aqui, uma questão de fazer justiça fiscal, seja lá o que isso queira dizer – expressão nunca definida por ninguém. Plantou-se a discussão a respeito da importância de rever a planta de valores que não é atualizada desde 1991. Mas, atenção: isso não significa dizer que o IPTU de Porto Alegre não muda desde 1991, para ver isso, não precisa mais do que os dados da Secretaria da Fazenda, que anunciam a receita de IPTU de 2017: R\$ 452 milhões; receita de IPTU em 2018: R\$ 621 milhões. Ora, subiu R\$ 170 milhões a arrecadação de IPTU de 2017 para 2018! Diz o governo: “Precisamos do projeto para fazer justiça social, para ajudar os mais pobres.” Que ajuda deram aos mais pobres esses cento e tantos milhões de reais que aumentaram de um ano para o outro? Que diferença fez isso no desenvolvimento da cidade? Nenhum! Ouso dizer, senhores, que ninguém se debruçou sobre a planta de valores de IPTU de Porto Alegre. Nós discutimos a lei que implementa a planta. A planta está aqui! (Mostra volume.) São 500 páginas! Quinhentas páginas, quarteirão por quarteirão da cidade. Quem sabe qual é a lógica que orienta os números que estão aqui dentro? Numa mesma rua, página 24 do anexo 1, Rua Félix da Cunha, num quarteirão, o valor por metro quadrado é de R\$ 3.138,00, e, no quarteirão seguinte, o valor do metro quadrado é de R\$ 1.348,00. Se fizermos essa verificação em todo este documento, outras tantas injustiças fiscais aparecerão. Compararam, os senhores, a uma versão de um PowerPoint que dizia que isso aqui era a solução das injustiças fiscais de Porto Alegre. Quem se debruçou, quem mostrou o mapa da lógica que orienta este projeto? Ninguém. Em nenhum momento, o governo justificou por que esses valores passam a ser o que passam a ser. Mais do que isso, um avanço de alíquotas, que, mais do que o discurso fraco e frágil que foi feito, tira dos ricos para dar aos pobres, o projeto Robin Hood, muito mais do que isso, prejudica a classe média de Porto Alegre. Os dados que eu tenho da Secretaria da Fazenda: 54% dos imóveis aumentam o IPTU. Dizem agora que não é isso, são só 49%. Então, Porto Alegre tem 49% de ricos. Porto Alegre é Mônaco, Porto Alegre é melhor do que Nova Iorque. São 49% de matrículas que terão aumento. Isso significa, senhoras e senhores, que a classe média vai pagar essa conta, e muitas famílias, que são a maioria de Porto Alegre, que tem uma renda de até 2 salários mínimos, terá aumento no seu IPTU: 20% dos imóveis da Lomba do Pinheiro terão aumento no IPTU; 15% dos imóveis do Extremo-Sul – Belém Novo, Belém Velho e Restinga – terão aumento no IPTU. São esses os privilegiados, e, acima de tudo, no momento em que a Cidade precisa de emprego e investimento. Se houvesse justiça, os prefeitos do interior estariam sentados nessa galeria. É a eles que interessa, pois é para lá que vão as empresas que sairão de Porto Alegre. Senhoras e senhores, isso é um escorche com a classe média da Cidade que, mais uma vez, vai pagar a conta de uma carga tributária que não para de subir. Eu, assim como o Prefeito Marchezan, prometi não aumentar imposto na campanha, e eu vou cumprir a minha parte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em para discutir o PLCE nº 005/18, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Recebi resposta da Prefeitura ao dossiê do IPTU, produzido por mim, pela minha equipe, em conjunto com a equipe do Ver. Ricardo Gomes. Confesso que, ao receber essa resposta, fiquei feliz duplamente, primeiro porque a Prefeitura se propõe como poucas vezes ao debate dos números, e, segundo, porque deixa muito claro que a gente sempre falou a verdade, e que, por óbvio, a Prefeitura tem apresentado dados inconsistentes. Vamos direto ao eslaide nº 15, onde a Prefeitura, de maneira descritiva, admite que os nossos dados que apontam 54,8% de aumento de imposto – 54,8% das matrículas terão aumento –, é consistente; a Prefeitura confirma ao dizer que são somente 45,2% que terão redução ou isenções, muito embora apresente inconsistência em outros dados, mas confirma o eslaide 15. No eslaide 16, são R\$ 250 milhões de aumento divididos em 420.700 matrículas – prestem atenção a este número! Os R\$ 250 milhões de aumento projetado e dividido pelo número de matrículas contempladas pelo aumento, implica um aumento médio de R\$ 600,00. Em 2018, a arrecadação com impostos diretos do Município, IPTU, ISS e ITBI somou R\$ 1.200 *per capita*. Isso significa afirmar com precisão que haverá, sim, um aumento médio de 50% de valores arrecadados em impostos municipais por conta do aumento do IPTU. Os dados apresentados no dossiê são consistentes, e a Prefeitura, através da sua tentativa de resposta, comprova nossos dados. Por último, no eslaide 17, a Prefeitura contesta e fala que o crescimento nominal do PIB foi de 168%, enquanto o crescimento real de ISS e o crescimento real de impostos foi de mais de 60%. A Prefeitura faz uma esculhambação, utiliza o crescimento nominal do PIB para justificar que ISS e impostos, real, cresceram 1/3 do que cresceu a Cidade. Ora, por acaso alguém acredita que nos últimos dez anos Porto Alegre dobrou sua riqueza? Por acaso Porto Alegre ficou duas vezes mais rica? Porque é isso o que a Prefeitura tentou fazer na sua justificativa, e eu não sei se por má-fé ou desconhecimento. Esse número é uma inverdade, comparando maçãs com bananas, o que mostra, mais uma vez, que o dossiê do IPTU que nós apresentamos está correto, que a Prefeitura não tem argumentos para aumentar esse imposto, a não ser que chegue e fale claramente: “Queremos, sim, aumentar a carga tributária do Município de Porto Alegre.”

Quero passar para outra apresentação, para falar com as bancadas, especialmente do MDB e do PSDB, já que esse prefeito é do PSDB. Vou apresentar aqui o caso Rigotto, quando ele tentou corrigir o desequilíbrio fiscal com o aumento de impostos. Senhores, aumentou os impostos, o governo Rigotto, e o que aconteceu nos anos seguintes com as nossas contas públicas do Estado foi o seguinte: “Mantivemos o

déficit em todos os anos seguintes”. Corrigir os números do Estado por aumento de impostos não implica equilíbrio financeiro, e Rigotto provou isso. Agora, olhem que curioso: o governo Yeda, que veio a seguir, do PSDB, não aumentou impostos, porque não foi permitido o aumento. Olhem o que aconteceu com os dados do governo Yeda: houve superávit nas contas do Estado. Quando a Assembleia se recusou a aumentar impostos, no governo Yeda, o governo conseguiu produzir superávit, porque foi cortar despesas e gastos, se viu obrigado. Ou seja, o governo Yeda e o governo Rigotto provaram que ajuste fiscal se faz pelo lado da despesa, e não pelo aumento de impostos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Fortunato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 33 ao PLCE nº 005/18.

Apregoo a Emenda nº 36, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLCE nº 005/18.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 005/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, eu acabo de, ali na sala lateral, mais uma vez, medir a pressão arterial. A Dra. Rosa está aqui e queria que eu fosse embora neste momento. Eu estou com a pressão arterial, desde quinta-feira, de 18 por 11, que é uma pressão bastante alta. Eu estou dizendo isso, e estou dizendo aqui na frente da nossa médica, para que não haja o absurdo que eu vi nas redes sociais nestas últimas horas. Eu quero dizer à Andrea Weber e algumas militantes do NOVO, que têm se comportado igual ao que a gente tem visto no Simpa, mas no outro extremo: a gente diz que é no infinito que os extremos se encontram, infelizmente, e acho que isso é muito ruim. As redes sociais hoje são um espaço para a irresponsabilidade total. O Roberto Rachewsky vai responder a processo porque disse que a votação de hoje é fruto de uma barganha, ele vai ter que provar isso que fez.

Isso nos coloca numa posição muito difícil, Ver. Cecchim, porque eu tenho uma posição muito clara, que é técnica: eu sempre disse que eu acho que tem muito estado, muito imposto e muita burocracia. Fui secretário de urbanismo de Porto Alegre e eu coloco em primeiro lugar a gestão, a responsabilidade pública e a transparência. Quando fui Presidente aqui da Câmara, da mesma forma: o dinheiro que nós retornamos ao erário, a transparência, com o processo eletrônico que foi implementado. Os quase vinte anos que eu tenho de vida pública, desde quando eu concorri a prefeito, em 2000, ninguém apaga, nada tira as coisas que eu tenho orgulho de ostentar. Aí chegam momentos como este em que se estabelece esse velho maniqueísmo: de uns que são os donos das virtudes e de outros que parece que, às vezes, por uma ou outra posição, toda sua história merece ir para a lata do lixo da reprovação. É difícil estar nesta tribuna, neste momento, como foi difícil, hoje, voltar. Eu tenho 48 anos, três filhos e nada paga o preço da minha saúde, nada! Vamos enfrentar, se tem que enfrentar. Agora, me

ajudaram a firmar convicção com relação a algumas posições. Volto a dizer: acho que há excesso de exação, eu acho que o estado cobra demais e dá muito pouco em contrapartida, mas eu quero lembrar quem elegeu o prefeito que está aí. São esses que estão aqui na primeira fila. (Referindo-se às galerias.) Estão aqui, elegeram o prefeito e agora querem cobrar. Eu disse o seguinte hoje: façam a sua autocrítica, em primeiro lugar. Eu estou propondo emendas, inclusive a criação de uma câmara recursal junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF, com a possibilidade de recurso ao secretário da Fazenda com o objetivo de proteger o cidadão contra o excesso de exação. Esta é a tarefa de um parlamentar: proteger o cidadão contra o excesso de exação. Para além de tudo isso, sempre fui – e continuo sendo – um homem de partido. Em 2004, quando era para eu ter sido vereador, eu entreguei ao MDB o cargo para concorrer a vice-prefeito – entreguei quatro anos, entreguei um mandato. Continuo e continuarei sendo. Na verdade, Ver. Idenir Cecchim, fui presidente da Câmara por escolha do meu partido. Se a bancada do meu partido, contrariamente às minhas posições de que nós temos excesso de exação, de que nós precisamos de menos estado, de que nós precisamos de menos burocracia, fechar questão com relação a essas questões, eu acompanharei.

Agora, quero dizer mais, como gestor e como prefeito, para concluir, Sr. Presidente. Uma grande empresa construtora de Porto Alegre – não interessa o nome – tem no seu banco de imóveis R\$ 3,5 bilhões em terras e terrenos. Eu quero contrastar quanto é que tem a Prefeitura de Porto Alegre no seu banco de terras. A Prefeitura de Porto Alegre, três anos atrás, criou uma empresa chamada Investe POA, Ver. Ferronato. Se a Prefeitura pegar os seus imóveis e vendê-los – e eu defendo que venda –, pegar R\$ 1 bilhão, investir no Investe POA e fazer um programa habitacional, por exemplo, e, por outro lado, pegar outro R\$ 1 bilhão e investir aqui na orla, em melhorias da Cidade, na reforma da Rua da Praia, do Centro Histórico... Seria a primeira coisa que eu faria como prefeito, não o aumento do IPTU, nem a revisão da planta de valores. Disse isso várias vezes e de forma muito clara. Então é a primeira questão.

A segunda, que demandei à minha bancada: a revisão da questão do patrimônio histórico, do Epahc. Só no 4º Distrito, são 980 bens listados, tombados e inventariados; só em Petrópolis, são 500 imóveis listados, tombados e inventariados. Vamos aumentar ou revisar a planta do IPTU sem ter revisado essa questão? Essa é a segunda questão que eu, como gestor, faria – e farei. A terceira: o Masterplan do 4º Distrito, que contratei, que executei, como secretário de urbanismo, e que peço há dois anos para ser votado aqui nesta Casa, porque é o maior projeto de revitalização urbana e de reconversão econômica da história desta Cidade, e quero ver votado. Então eu vou avançar nessas questões pelo bem da Cidade. Agora, quero deplorar esse tipo de atitude que, *a priori*, independente de qualquer outra coisa, me colocou no rol das pessoas que merecem reprovação, e eu não tenho uma página ou uma vírgula da minha vida que mereça reprovação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Registro a presença do deputado Rodrigo Lorenzoni, que acaba de ser eleito presidente do Diretório Regional dos Democratas do Rio Grande do Sul. É uma alegria para nós recebê-lo.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Vou encaminhar a Emenda nº 01, do Ver. Cassio Trogildo. Eu observo até boa intenção, por parte do vereador, em diluir esse aumento ao longo do tempo. A emenda faz, para explicar a todos que estão presentes, com que se altere, no artigo, e seja feito um aumento escalonado a cada ano subsequente: nos próximos três anos, será aumentado 20%. Em outras palavras, o que temos aqui nesta emenda é um aumento homeopático do veneno. É só a distribuição do veneno em diferentes doses. Uma vez já demonstrado no debate, na discussão o quão pernicioso, o quão maléfico é este projeto para a Cidade de Porto Alegre, para o cidadão de Porto Alegre, do mais pobre ao mais rico, da pequena empresa à grande empresa, do branco, do preto, do pardo, do amarelo, todos saem perdendo com este projeto. O único que sai ganhando com este projeto é o governo Marchezan, que arrecada mais no próximo ano, ano eleitoral, diga-se de passagem. Eu imagino que aí, finalmente, utilizará o dinheiro para tapar buraco, para fazer asfalto, porque, afinal de contas, até agora não conseguiu resolver seus problemas e teve que encaminhar, no último ano, um aumento de arrecadação na tentativa talvez desesperada de conseguir ter algum apoio político para o ano eleitoral que vem por aí, ou para reverter a rejeição que se apresenta. Então, a Emenda nº 01 coloca doses homeopáticas de um veneno mas não atua para resolver a doença que está posta, que é muito clara no projeto, que sequer a Fazenda conseguiu rebater o quão pernicioso é o projeto, muito embora tenha excelentes servidores, tenha excelentes secretários, tenha excelentes técnicos, não conseguiu derrubar os argumentos constantes no dossiê do IPTU, elaborado pela minha equipe e pela do Ver. Ricardo Gomes; muito embora tenha tido muito tempo para trabalhar nesse dossiê, que foi produzido desde o ano passado, não consegue convencer, através dos números, que o projeto é bom para a Cidade. Bem pelo contrário, fica cada vez mais evidente que em um debate aberto, amplo, sobre este projeto, todos podem concluir que ele é ruim para a Cidade de Porto Alegre. Não é à toa que a Prefeitura se viu obrigada a fazer uma manobra de colocar secretários para votar, porque nem os vereadores que estavam aqui com seus cargos tinham coragem de defender este projeto. O projeto não passaria se estivesse a Câmara na sua distribuição normal. Precisou descer secretário que, a contragosto, vai votar, porque está sendo ameaçado, muitas vezes, ao não ter projetos aprovados, de não ter apoio político, que nem me ameaçaram recentemente porque eu estava colocando um requerimento para fazer com que a gente pudesse discutir o projeto.

Uma emenda que apenas coloca o veneno em doses homeopáticas não serve ao pagador de impostos, não serve. Ela talvez torne a dor menor, mas não cura doença alguma. Por não curar doença alguma, ela não tem o meu voto. Eu voto contra ela e acho que deveríamos tratar do projeto em questão e resolver esse problema, que é a doença, rejeitando esse projeto como um todo, e nós teremos bastante espaço para discutir cada uma das emendas, eu sei que virão várias, para tentar amenizar as dores do projeto. Por que se tenta amenizar as dores do projeto através de emendas? Porque todos os parlamentares concordam que esse projeto é ruim, que é um projeto radical, que é um projeto que ataca o cidadão de Porto Alegre e que, portanto, precisa de ajustes, precisa de melhorias, precisa de anestésicos. Pergunto ao pagador de impostos se ele gostaria de ter a sua carteira batida três vezes ao dia, tendo roubados R\$ 20,00 cada vez, em vez de uma vez ao dia, tendo roubados R\$ 60,00 de uma só vez. Não faz diferença, o dinheiro saiu do bolso dele igual e foi para quem não era de direito. É isso o que a gente tem que impedir: que o cidadão pare de ser achacado pelo estado, pare de ser achacado por quem muito lhe tira, que é o governo, é a carga tributária brasileira. Aqui se tenta mais uma vez ir atrás do cidadão para lhe bater a carteira, em vez de resolver os próprios problemas cortando gastos, cortando despesas e fazendo com que esse ajuste seja feito a exemplo do que a Yeda fez, não aumentando impostos, mas cortando despesas, atuando na curva de gastos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; quero primeiro saudar a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo, porque é uma emenda que visa a postergar no tempo os pérfidos efeitos desse projeto. Postergar no tempo, quer dizer, não deixa de ser um reconhecimento de que o tamanho da conta é grande, é tão grande que deve ser parcelada em mais vezes. Mas eu acho que tem razão o Ver. Cassio Trogildo em propor essa postergação no tempo. Ocorre que o problema deste projeto não é o seu prazo de implementação; o problema deste projeto é o tamanho do seu impacto, porque ele trata de um aumento da arrecadação de IPTU de 50% da carga desse imposto em Porto Alegre. Quer dizer que, quando o projeto foi protocolado, nós falávamos, lá em 2017, de R\$ 250 milhões; em 2018, de R\$ 280 milhões; hoje o impacto desse projeto é de mais de R\$ 300 milhões ao ano, depois da maturação desse projeto. Isto é, ainda que leve oito ou dez anos para entrar em pleno vigor, quando em pleno vigor, serão R\$ 300 milhões por ano a menos no bolso das famílias porto-alegrenses. Serão maiores os custos para as empresas de Porto Alegre, custo fixo para as empresas, que será repassado nos preços; o cidadão, penalizado na sua residência com o IPTU maior, será novamente penalizado no supermercado com o preço maior; e o supermercado, com o

preço maior, haverá ainda de reduzir a sua folha, porque dezembro, o mês de pagar o IPTU, há que se pagar também o 13º salário e, no mais das vezes, as férias dos servidores. É um convite ao desemprego, e a Prefeitura abanará a essas pessoas: “O senhor terá o seu IPTU isento, mas perderá o seu emprego”. Todos sabemos que aumento de imposto espanta investimento; todos sabemos que, desde 1991, quando da última revisão da planta para cá, a carga tributária brasileira no bolso do contribuinte passou de 24,4% para 39% do PIB. Vão dizer que a prefeitura não atualizou a planta do IPTU – pode ser –, mas o ICMS cresceu, o ISS cresceu, o IPVA cresceu, o imposto de renda cresceu – todos os impostos cresceram sobre o pobre do pagador de impostos. E qual foi o resultado na sociedade brasileira? Menos investimento, mais desemprego, mais endividamento. É a isso que este projeto convida Porto Alegre: menos desenvolvimento, mais desemprego, mais endividamento. O que fará uma pessoa... E há um descolamento grave neste projeto entre o tal valor venal e a capacidade contributiva das pessoas. Quem herdou ou comprou um apartamento que valia R\$ 300 mil, que culpa tem que uma construtora levantou ao seu lado uma torre? Que culpa tem? Mudou a sua renda? Não! Mudou a sua capacidade de pagar imposto? Não! Pagará como essa diferença? Este é um projeto expulsório! Expulsará as famílias dos seus imóveis. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Nós estamos atentos ao que se passa no plenário. Esta Emenda nº 01 é a verdadeira emenda me engana que eu gosto, é só postergar um pouco os aumentos. Nós não vamos embarcar nessa canoa furada. Ou há respeito ao contribuinte, para que possamos inclusive discutir e nos garantirem as emendas que efetivamente ajudam o contribuinte, o pobre, o pagador de impostos, como disse o Ver. Ricardo Gomes aqui, ou não terão o nosso apoio. Não terão o nosso apoio também nesta emenda. Nós estamos aqui para repetir à exaustão, à exaustão: este não é um projeto preocupado com a Planta Genérica de Valores, porque, se estivessem preocupados com a Planta Genérica de Valores, teriam aceito a nossa proposição de mudar as três zonas fiscais para cinco ou seis zonas fiscais, para que pudéssemos ter uma divisão mais efetiva de como é a cidade real. Um Prefeito que governa pela internet, que não sai do Facebook, não poderia ter ideia de como é a cidade de Porto Alegre.

Vou explicar a questão das zonas fiscais, porque essa é uma das razões pelas quais a gente não vai votar favoravelmente a esta emenda. Se eu vou para a Zona Sul, lá na Tristeza eu vou encontrar, num lado da rua, uma zona fiscal que paga o tributo cheio, 100%, e o outro lado da rua paga 60%, uma discrepância na mesma região. Na mesma região, numa pequena faixa do Guaíba até a Av. Wenceslau Escobar, uma parte paga

um tributo incrivelmente alto, a outra parte paga bem menos tributo – isso não quer dizer que pague pouco tributo, paga bem menos que somente atravessando a Av. Wenceslau Escobar. Dei esse exemplo, poderia dar vários outros, como, por exemplo, nessa região nova da Ipiranga onde há edificações de maior poder aquisitivo, a região toda vai ter um aumento substantivo de impostos. Prepare-se, portanto, quem mora na região da PUC, para ter um significativo aumento de impostos.

Esse é um projeto que hoje já mostramos e desvendamos aqui a verdadeira bandalheira que foi construída para sua aprovação. Mais um vereador ficou doente, é substituído. Mais um! Prefeito, vou repetir aqui: tem o direito de ter a licença paternidade, mas o vice precisava sair? O vice precisava viajar? A Presidente Mônica assumiu a cadeira do Executivo. Todos aqui sabíamos que havia uma propensão de ela não apoiar esse projeto, e foi tirada de cena. Ou seja, houve uma interferência direta no Legislativo Municipal. Sim, houve uma interferência direta no Legislativo Municipal. Isso é péssimo, isso é ruim para a democracia.

É por isso que as democracias acabam e nós acabamos gerando – nós não, porque não tem meu apoio, nem da bancada do PT, nem de outras bancadas – um autoritarismo, uma concentração de poder na mão de poucos que dominam. Já foi dito aqui, inclusive, nós teríamos outras formas de aumentar a arrecadação em Porto Alegre, o incremento da economia, mas nós deixamos de fazer obras. Imaginem os impostos que gerariam os R\$ 140 milhões perdidos pelo DEP; no mínimo 2,5% desse valor iria para o caixa da Prefeitura só em serviços. Como também compraria produtos, teria um ICMS que vai de 12 a 21% nesses materiais, por exemplo, teria outro incremento para o caixa da Prefeitura. Por isso votaremos contra.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo documento, subscrito pelo Ver. Giovane Byl, que comunica que, a partir desta data, passa a integrar o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores. Venho, em nome da liderança do PSOL, para fazer o encaminhamento desta emenda dizendo que, embora a emenda proposta pelo Ver. Cassio Trogildo pareça de boa intenção, nós, do PSOL, não concordamos com aumento nenhum nas alíquotas de IPTU para a população de Porto Alegre. O nosso posicionamento é ferrenhamente contrário a este projeto, do jeito como ele foi apresentado, do jeito que ele está tramitando e do jeito que ele está sendo conduzido nesta sessão extraordinária. Portanto, por mais que a Emenda nº 01 pareça uma emenda coerente, uma emenda que venha reduzir o impacto negativo no bolso do cidadão, a nossa posição é contrária a essa iniciativa. Portanto, votaremos de forma negativa a essa proposição. A nossa resposta a qualquer tipo de majoração tributária neste momento, não é aceitável por parte da nossa

bancada. Nós gostaríamos que esse debate tivesse sido de forma ampla, aberta e completamente transparente, tudo o que não está acontecendo neste momento.

Portanto, não poderemos apoiar quaisquer iniciativas que visem sangrar o bolso do cidadão porto-alegrense. A nossa votação vai ser pelo “não”, embora, em outros momentos pudéssemos até mesmo votar favoravelmente a uma iniciativa dessa natureza, mas, do jeito que está sendo conduzido este projeto, nosso voto é “não”. Boa noite, bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente desta sessão, Ver. Pujol, vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, estamos enfrentando este debate, somos contrários ao aumento do IPTU. Venho a esta tribuna para debater, sei que o proponente da emenda já está inscrito, Ver. Cassio Trogildo, mas me parece que a emenda do vereador proporciona um aumento ainda maior do que o previsto no projeto original – corrija-me depois se eu estiver errado, vereador –, nesse sentido estamos encaminhando para votar contra a emenda de Vossa Excelência. No projeto original, o escalonamento é 30%, 30% e 10%. Ou seja, em quatro anos, se o imóvel estiver defasado, vai aumentar 100%, sendo que o teto é 30% a cada ano, ou seja, se um imóvel que vale R\$ 300 mil, por exemplo, paga 0,85% – R\$ 2,5 mil, o valor de IPTU. No primeiro ano, vamos dizer que o imóvel está defasado, valia R\$ 300 mil, agora que será atualizado valerá R\$ 600 mil, vamos dizer que Prefeitura classifique aquele imóvel... Essa já é uma outra preocupação que nós temos, nós, que lidamos com o mercado imobiliário: geralmente as avaliações da Fazenda, infelizmente, estão acima de valor de mercado, o que também vai causar um problema enorme num segundo momento, esta classificação da maneira subjetiva como é feita na área técnica da Fazenda da Prefeitura. Para efeito de ITBI, quero dizer que são inúmeras as reclamações, mas, provavelmente, vai acontecer a mesma coisa com relação à atualização da planta de valores do IPTU. Vamos dizer que um imóvel hoje que paga o seu IPTU sobre um valor venal de R\$ 300 mil, ele está pagando em números redondos R\$ 2,5 mil por ano de IPTU, a Fazenda vai lá e avalia que o imóvel não vale os R\$ 300 mil, vale R\$ 600 mil, Ver. Mauro Pinheiro, o IPTU passará, ao final dos quatro anos propostos pelo governo e dos seis anos propostos pelo Ver. Cassio Trogildo, para R\$ 5 mil. Ou seja, no primeiro ano, ele aumentará R\$ 700,00, porque, tanto num projeto quanto noutro, o primeiro ano são 30%. Então, passará de R\$ 2,5 mil, somando, vamos dizer, que fosse R\$ 800,00, para R\$ 3,3 mil, no primeiro ano, não é? Pelo projeto do prefeito, em quatro anos, ele aumentaria 100%. E, pelo projeto do vereador, levariam seis anos para aumentar os 100%. Teria um decréscimo, no segundo ano, de 10%, no terceiro, no quarto e no quinto ano, mas, ao final, vereador, a sua conta

ali chega em 110%. Então, daqui pouquinho o senhor, na sua intervenção, nos convence aqui de que é melhor a emenda do que o projeto. No nosso entendimento, não. Então, nós encaminhamos, inicialmente, contra a emenda. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18, como autor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa noite, Sr. Presidente, querido amigo Ver. Reginaldo Pujol, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e também nas galerias. Vou falar, em especial, para o Ver. Márcio Bins Ely que me antecedeu e que, inclusive, solicitou que eu pudesse vir explicar a emenda. Eu ia falar mais para o final, mas vi que realmente é necessário. Ver. Márcio. O projeto que veio para cá, no seu art. 13, diz o seguinte, que o IPTU, calculado com as alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desta Lei Complementar, não poderá ter acréscimo superior à correção monetária aplicável somado aos valores percentuais abaixo. Então, o projeto já vem prevendo que, no primeiro ano, em 2019, seria 30%; em 2020, mais 30%, em 2021, mais 30%, isso é um freio de correção. E a diferença toda seria no quarto ano, porque nós temos imóveis que estão com valores desatualizados em mais de mil por cento. Então, isso, na verdade, é um freio. O projeto veio para cá com um freio de no máximo 30% de incremento no valor individual do IPTU. O seu IPTU não poderá incrementar, pelo projeto original, mais do que 30%. E se o seu IPTU tiver uma defasagem de 500%, o senhor pagaria 30% no primeiro ano, 30% no segundo, 30% no terceiro, e a diferença no quarto ano. A minha emenda está corrigindo isso, ela está baixando esse percentual para 20% no primeiro ano, o freio, ou seja, o incremento que cada imposto poderá ter, individualmente, cada matrícula, de no máximo 20% no primeiro, no segundo e no terceiro ano, conjugadamente com a minha subemenda que estende esse prazo para seis anos, e a diferença, então, apenas no sétimo ano. Ou seja, aqueles imóveis que têm uma defasagem maior, Ver. Tessaro, terão mais tempo para a sua adequação à realidade. Então, quero aqui, muito despretensiosamente, pedir para as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores que nos ajudem a aprovar essa emenda, com a subemenda, Ver.^a Lourdes, que nos leva a crer que teremos um prazo maior, principalmente para aqueles imóveis – e nós sabemos que são muitos – que têm de 500, 600, 700, 900, até 1.000% de defasagem, porque não foram corrigidos ao longo desses 29 anos. Então, nós estamos procurando, através da emenda e da subemenda, atenuar a incidência da atualização do IPTU. Peço às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, em nome da bancada do PTB, a aprovação da Emenda nº 01 e também da Subemenda que a acompanha e complementa, elevando para seis anos o prazo dessa adequação. Muito obrigado, espero ter esclarecido. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Ainda que entenda que a emenda não resolve o problema principal do projeto, sabemos que, lamentavelmente, este pode alcançar sucesso no plenário. Assim, ao saber que a emenda diminui o nefasto impacto da proposição em análise, voto favoravelmente a ela. Entendo que qualquer medida que reduza a escorchantes tributação proposta pelo Executivo deve ser aprovada, como forma de reduzir-lhe a imoralidade.” Nesses termos, registro o voto e, da mesma forma, o Ver. Felipe Camozzato também assina.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Recolho a declaração de voto V. Exa., que será juntada ao processo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, eu gostaria também de justificar, pois votei favoravelmente. A declaração de voto juntarei por escrito, é muito singela. O meu voto é favorável à emenda do Ver. Cassio Trogildo, porque parcela e diminui o valor do reajustamento do imóvel dos 30% inicialmente desejados para 20% a cada ano. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. e peço que faça por escrito para juntarmos ao processo.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM**, 16 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Na verdade, esta nossa emenda procura fazer justiça a uma grande parcela da população porto-alegrense que precisa, exatamente, dos serviços públicos. O art. 70, inciso XVII, fala das isenções: “aposentados, inativos, pensionistas titulares de previdência oficial em caráter permanente cuja renda seja igual ou inferior a três salários mínimos nacionais, proprietários de um único imóvel no Município de Porto Alegre e com valor venal de até 60 mil UFM's, utilizado exclusivamente, como residência de seu beneficiário”.

O que nós fizemos, Sr. Presidente? Com a concordância do Sr. Prefeito, nós acrescentamos, além das pessoas aposentadas, inativos e pensionistas, também isenção das pessoas com deficiência. E na Subemenda nº 01, também acordado com o Poder Executivo, nós retiramos a expressão “utilizado exclusivamente como residência de seu beneficiário”, possibilitando que um cidadão com deficiência tenha a sua casinha, e que na sua casinha ele possa colocar um brechó para melhorar a sua renda, vender um

picolé, vender um sorvete, enfim. Portanto, Sr. Presidente, nós pedimos aos Srs. Vereadores que aprovelem a Emenda nº 03, que possibilita que as pessoas com deficiência tenham a isenção do pagamento do IPTU do seu imóvel e que possam utilizar também para que haja um pequeno comércio, o que possibilitará que a sua renda seja melhorada, visto que as grandes dificuldades que as pessoas enfrentam no dia a dia para poder manter a sua vida – em muitos casos, muitas pessoas dependem de uma única renda. Portanto, Sr. Presidente, eu peço aqui que haja a sensibilidade dos Srs. Vereadores e que nós possamos aprovar a Emenda nº 03, com a Subemenda nº 01. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Pujol, quero saudar o Ver. Paulo Brum, que coloca essa emenda que aumenta o rol de beneficiados com isenções de IPTU. Embora, por um lado, eu, particularmente, tenha o entendimento de que a gente esteja concedendo um tipo de privilégio ou benefício, por outro lado, até refletindo um pouco sobre o que alguns autores liberais trazem, como o próprio Friedman, de que, quando se trata de aumento de impostos, qualquer motivo, qualquer pretexto, desde que a gente diminua a arrecadação do governo, é válido, me coloco numa situação em que, perante esses dois lados, cresce em mim a vontade de retirar a possibilidade de que o governo abocanhe um valor ainda maior do cidadão de Porto Alegre. Portanto, isso faz com que eu tenha maior concordância com a emenda do Ver. Paulo Brum, muito embora seja limitada a tão pequeno espectro de pessoas. Muitos outros cidadãos de Porto Alegre, com diferentes problemas e dificuldades, que nós sabemos que têm, deveriam ter revisados seus IPTUs, isentados, reduzidos e assim sucessivamente. Aliás, mais uma vez: é uma emenda que torna o projeto um pouco menos vil, torna o projeto um pouco menos pior, mas não corrige o mal, não cura o câncer, só faz com que o cidadão seja menos aviltado, que a população de Porto Alegre seja menos achacada ou que o valor arrecadado pela Prefeitura de Porto Alegre seja um pouco menor. Nesse sentido, por acreditar que Porto Alegre não precisa retirar ainda mais dinheiro dos seus contribuintes para colocar no seu caixa, eu voto a favor da Emenda nº 03, voto junto com o Ver. Paulo Brum, portanto, embora destaque todas essas nuances, de que gostaria que o projeto não tivesse que ser votado, não tivesse qualquer IPTU aumentado, que nós não permitíssemos à Prefeitura aumentar sua arrecadação na totalidade dos contribuintes, na totalidade dos pagadores de impostos. Aceito, portanto, o argumento de que venhamos a incluir uma parcela maior de isentos de IPTU do que hoje já consta, apenas é importante destacar: hoje, boa parte daquilo que a Prefeitura traz como isentos de IPTU, já não paga IPTU. A maior parte daqueles que a Prefeitura defende que terão isenção, hoje, são inadimplentes que a Prefeitura

sequer vai atrás para cobrar; ela apenas está formalizando a isenção na tentativa de angariar mais apoio popular, embora cidadão algum será beneficiado, salvo uma pequena parcela. Se queremos beneficiar o cidadão porto-alegrense, devemos rejeitar este projeto, especialmente porque o mais pobre, das periferias, quando vir o aumento de preços o aumento de preços e vir empregos serem desfeitos por conta do repasse de custo fixo aumentado decorrente do IPTU, sem tirar o impacto no seu bolso, seu custo de vida aumentará, os produtos e serviços ficarão mais caros. Como eu falei antes, o cidadão mais rico pode pagar o aumento de IPTU, o cidadão mais pobre é quem não pode, e ele é a maior vítima deste projeto. Infelizmente, o que se desenha é a pretexto de ajudar Porto Alegre, achacando ainda mais as pessoas com os menores rendimentos, com os menores salários, que mais precisam, que mais dependem de termos um custo de vida menor na nossa Cidade, que mais dependem de empregos nas nossas micro e pequenas empresas. Portanto, por mais que nós aprovemos esta emenda e façamos com que a arrecadação no saldo global seja menor, ela ainda será muito acima do que a Prefeitura de Porto Alegre poderia fazer por meio do seu IPTU. Estamos, mais uma vez, expulsando pessoas da nossa Cidade, expulsando empresas da nossa Cidade, aumentando o custo de vida de Porto Alegre. Com esta emenda, estamos apenas tornando esse aumento, esse achaque um pouco menos vil. A doença segue presente, não é corrigida. Espero que a gente consiga corrigi-la recusando este projeto já no momento da sua votação, muito embora tenhamos várias emendas que, como esta, vão tornar a dor um pouco menos dolorida, mas não farão cura alguma ao problema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como já dissemos na emenda anterior, esta é uma emenda que diminui o impacto do projeto. Nós temos plena consciência de que este projeto representa um atraso para a cidade de Porto Alegre, especialmente quando nós tomamos as condições de fazer negócio em Porto Alegre em comparação com as cidades que estão ao nosso redor. Porto Alegre está criando um cinturão de desenvolvimento ao seu redor, fora da Cidade Quando cruzamos a divisa do Município, encontramos cada vez mais empresas e negócios fugindo de Porto Alegre por causa do nosso ISS, que é o mais elevado da região. O Rio Grande do Sul tem o maior ICMS do Brasil – e o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias da América Latina –, e agora Porto Alegre tem que ter também o maior IPTU do Brasil, porque é quase isso que nós estamos querendo aqui. Porto Alegre tem o quinto IPTU per capita do Brasil, entre as cidades com mais de um milhão de habitantes. O quinto per capita. É fácil fazer uma comparação, dizendo o seguinte: São Paulo arrecada uma parcela maior dos seus tributos com o IPTU, porque

São Paulo não recebe do Fundo de Participação dos Municípios como Porto Alegre recebe. São Paulo é exportadora de dinheiro. Em Porto Alegre, nós temos que olhar per capita, e temos que comparar isso com a capacidade financeira da população, com a renda per capita das pessoas. Aí nós veremos que o IPTU de Porto Alegre não é baixo, ele é um dos mais altos do Brasil, per capita, que é o que interessa, porque é o bolso do cidadão. Vão dizer, como o governo diz: “É um percentual pequeno da receita corrente líquida do Município”. A nossa receita tributária, com o IPTU, é menor do que a de São Paulo, por quê? Porque o nosso ICMS é maior. Por quê? Porque o nosso ISS é maior. Então, na proporção, o IPTU é menor. Mas o número per capita não é. Nós temos uma Cidade que escorcha os seus cidadãos através da cobrança de impostos. Portanto, volto a dizer, a emenda diminui o impacto do projeto, e nós votaremos favoravelmente, mas não salva o projeto! Nós estamos fazendo aqui uma contenção do dano que esse projeto vai fazer na sociedade porto-alegrense, e dano haverá, quando os boletos chegarem na casa das pessoas, eu quero ver quem diga que não havia aumento de IPTU! Não era aumento, era justiça tributária. Em dezembro encontrar-se-ão com o efeito boleto! Quando os boletos chegarem nas casas das pessoas, quero ver defender que não havia aumento do IPTU. Então, nós votaremos favoravelmente à emenda pelas razões de Milton Friedman: “Sou a favor de cortar impostos em qualquer circunstância, por qualquer pretexto, por qualquer motivo, sempre que possível.” A razão é que o nosso problema é o gasto. A questão é como controlo os gastos do governo, o gasto do governo que hoje é de quase 50% do nosso PIB? A única forma eficiente de conter os gastos do governo é conter o valor que ele recebe. Senhoras e senhores, no poder público, a receita cria a sua própria despesa, e esse dinheiro que este projeto jogará no caixa do Município vai se esvaír na folha, vai se esvaír na ineficiência do poder público e jamais chegará no cidadão de bem que terá o seu bolso achacado por este imposto cada vez mais e mais. Então, apenas para diminuir o impacto deste projeto, nós votaremos favoravelmente na emenda do Ver. Paulo Brum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna para ler uma nota de alinhamento, uma nota de coordenação, ou seja, a Executiva do MDB diz aos vereadores da nossa bancada (Lê.): “É nossa responsabilidade, enquanto partido, votar sempre em favor dos interesses da Cidade de Porto Alegre. Assim, por mais delicado que seja o tema, é nosso papel fazer com que a justiça tributária prevaleça. Sendo assim, esta Executiva, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente recomendar o voto favorável ao projeto de lei tratado na revisão da planta do IPTU proposto pelo Executivo municipal. Porto Alegre, 29 de abril de 2019. Executiva Municipal do MDB.” Dito isso, primeiro, eu quero fazer

uma referência a quem tinha posição contrária: ao Ver. Valter Nagelstein, ao Ver. Mendes Ribeiro. O Ver. Valter está com pressão alta e não se furta de estar aqui; o Ver. Mendes Ribeiro também presente com sua responsabilidade, responsabilidade com o partido e com a bancada, que votará unida. Esse MDB, faço questão de ressaltar, é o MDB de Pedro Simon, José Fogaça, Ibsen Pinheiro, Germano Rigotto e José Ivo Sartori, é assim que nós vamos votar. Eu queria agradecer também, ou melhor, antes, estranhar: o PSOL, o PT e o Partido NOVO na mesma trincheira, isso é de se estranhar muito, a população está estranhando muito isso, ver o Partido NOVO aliado ao PSOL e ao PT. Eu queria agradecer ao vereador do Partido NOVO: cada vez que ele sobe à tribuna, aumenta um voto a favor do IPTU. Queria agradecer a esse vereador.

Nesta noite, que promete ser longa, eu acho que cada um de nós tem a responsabilidade de olhar para o futuro, e é assim que o projeto está encaminhado com as emendas que nós votamos, diluindo o aumento, ou a atualização em vários anos. Isso dito, não é um projeto de um governo, de um partido, é um projeto da Cidade, para vários governos. Não importa quem vai ganhar a eleição no ano que vem. Esse projeto tem um alcance maior, nós não estamos olhando para o próprio umbigo e para a eleição do ano que vem, nós estamos olhando para a responsabilidade de cada um. Nós precisamos que a Cidade seja bem cuidada. A Cidade é bem cuidada não só com restrição de despesa, sobre isso nós fizemos a votação há poucos dias reduzindo despesas. Nós precisamos ter recursos para cuidar da iluminação, da desobstrução de bueiros, da poda de árvores e, principalmente, esse projeto beneficia quem tem menos, os bairros da nossa Cidade são beneficiados por esse projeto. Não entendi por que o PT e o PSOL querem castigar aqueles que ganham menos, aqueles que moram mais longe? Eu não entendo! A política do PT e do PSOL não quer beneficiar aqueles que moram longe, aqueles que são isentos e aqueles que vão pagar menos. Era o que eu tinha a dizer para o final desta votação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR ENGº COMASSETTO: Muito obrigado, Presidente Reginaldo Pujol. Venho aqui em nome da nossa bancada dizer que votaremos favoravelmente a esta emenda, na postura de uma política de redução de danos. Redução de danos porque a Cidade em que vivemos e em que 85% da população vive é diferente da cidade sobre a qual o Ver. Cecchim veio aqui falar. O Ver. Cecchim falou da cidade da qualidade total, mas com o descuido dos serviços públicos na cidade de Porto Alegre. Quero que o Ver. Cecchim vá lá na Rubem Berta, às 7h, pegar um ônibus – e já não vai pegar às 7h, porque todos os ônibus atrasam, e a fiscalização não corrige. Quero que o Ver. Cecchim vá lá na periferia da Restinga e tente regularizar a abertura de um boteco, tirar o alvará sem o habite-se, que, por sua vez, ficará irregular. Quero

que o Ver. Cecchim vá a Ipanema num dia de chuva, porque a Cidade está toda entupida. O sistema pluvial da Cidade foi deteriorado, Ver. Prof. Alex, e a água na Cidade não escoar; qualquer chuvinha de 15mm ou 20mm alaga a cidade de Porto Alegre. Essa é a Cidade da fantasia do Ver. Cecchim.

Quero dizer ao Ver. Cecchim que aproveite e convide o nosso colega Paulo Brum, autor desta emenda, e tente caminhar pelas calçadas de Porto Alegre com uma cadeira de rodas, com qualquer cadeirante. Ou melhor, já que estamos falando das pessoas com deficiência, quero que o Ver. Cecchim pegue um deficiente visual e ande pela Cidade sem falar onde estão os orelhões e os buracos, que eles não conseguem ver e vão acabar caindo. Esta é a Cidade da qualidade que o Ver. Cecchim diz que existe e que eu não consigo ver. Ver. Cecchim, vá lá na região da Ponta Grossa e tente andar lá, para onde R\$ 127 milhões foram destinados para fazer a drenagem urbana, e esse dinheiro nunca chegou lá. Ou o Ver. Cecchim pode ir à Estrada do Rincão, ou à Estrada da Serraria, ou lá na Extrema, ou lá na Rubem Berta, ou lá perto dos Maristas, no Timbaúva, para ver as montanhas de lixo que são depositadas todos os dias e ninguém recolhe, o que ocasiona prejuízo à Cidade, com doenças sendo transmitidas. Ou que o Ver. Cecchim vá lá no posto de saúde, e eu acabei de receber uma mensagem de que hoje, no posto de saúde lá da Boa Vista, tinha cinquenta pessoas na fila, e às onze e pouco já não tinha mais médico, porque ele só atende doze fichas por dia, e as pessoas ficaram lá esperando, o Tine Moraes está aqui nos ouvindo. Esta é a Cidade da fantasia. Se fosse apresentado um programa de investimento na Cidade que justificasse a valoração da planta de valores, nós certamente discutiríamos e colaboraríamos, assim como sempre fizemos, quando é um projeto que beneficia a cidade de Porto Alegre, nós temos apoiado.

Portanto, não dá para votar mais um cheque em branco, porque um projeto como este, que aumenta a planta de valores, que diz que não vai cobrar de onde não tem regularização fundiária... Não é verdade, 50% da Cidade é irregular; 50%, Moisés, o senhor, que fez campanha lá na Vila Amizade, fez campanha lá na Lomba do Pinheiro... Lá na Morada da Colina continua irregular, continua sem saneamento, continua com o comércio sem poder ter a regularização dos seus estabelecimentos. Isso é o que nós queremos ajudar a construir. Nós queremos um compromisso do governo que apresente um plano de desenvolvimento da cidade. Ver. Marcelo Sgarbossa, onde estão os veículos leves sobre trilho? Onde está o catamarã indo para a Zona Sul da cidade? Onde está a pauta da mobilização urbana para concluir as ciclovias que nós aprovamos aqui? Foram 450 quilômetros que pararam completamente. Eu poderia dizer muito mais, mas termino dizendo que a lha da Fantasia foi um belo filme que fez escola para nós, quando éramos adolescentes. Alguns acreditam nele até hoje, o que não é o nosso caso. Votaremos contra o projeto e a favor desta emenda do Ver. Paulo Brum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Vereadores e vereadoras, muitos aqui, na intenção de querer dar sua contribuição para o governo, talvez não estejam dimensionando o impacto deste governo. O que nós sabemos é que, com a aprovação deste projeto hoje, aqui nesta Casa, estaremos dando fim a muitos bons projetos que esta cidade poderia receber. O 4º Distrito foi citado por vários vereadores que passaram por esta tribuna, porque tramita no governo, tramita na cidade um projeto que não é só do 4º Distrito, é um projeto da cidade, e, com muita coragem, nós acompanhamos e sabemos que pode ser um grande *case* para o País, sobre a revitalização das cidades, com o melhor para aquela área, polos de inovação que podem realmente mudar a cara não só do 4º Distrito, mas também dar um novo destino para Porto Alegre.

Quando uma cidade decide aumentar os seus tributos, quando decide taxar o cidadão, quando decide taxar as empresas, é a mesma coisa que dizer que nós não queremos vocês aqui, nós não conseguimos enfrentar os nossos problemas e estamos perdendo grandes oportunidades em cima não só deste aumento de imposto que teremos no dia de hoje, mas também com o comportamento que o nosso Estado já tem demonstrado e que tem perdido uma série de empresas e segmentos para outros Estados.

Por isso eu quero chamar, inicialmente, nesse quesito, no sentido de que a decisão de vocês hoje poderá estar dando fim, Ver. Valter Nagelstein, a um grande projeto, ao qual sei que V. Exa. tem dado sua contribuição, sei que o seu partido o enquadrou. E quero dizer ao Ver. Idenir Cecchim, que usou desta tribuna para justificar – e não tenho nada a ver com a decisão de outros partidos –, que jamais deve usar o argumento de que este projeto irá ao encontro daqueles que mais precisam, que é um projeto que beneficia os mais pobres, porque é mentira. Este projeto irá atacar a todos, porque é uma planta genérica, mal estudada, mal planejada, mal esboçada que deixa de encarar realmente as injustiças que tem na Cidade e irá causar outras tantas injustiças e colocará Porto Alegre num patamar que não irá receber investimentos nos próximos anos!

Eu não quero ir longe, eu quero ir aqui em Canoas, quando o ex-Prefeito Jairo Jorge tomou a decisão, contrariando os técnicos da Prefeitura, de criar um gatilho na Cidade: “Vamos colocar um teto na nossa arrecadação”. Sabe qual foi o resultado, Ver. Moisés Barboza? Ele recebeu uma Prefeitura endividada do seu partido, talvez V. Exa. não se recorde disso, e, criando um gatilho, atraiu mais de 20 mil empresas para Canoas, fazendo um incentivo fiscal. Não precisamos ir longe, podemos ir aqui ao lado e perceber que bons exemplos podem melhorar em muito a arrecadação e não onerar o cidadão e, muito menos, as empresas que prestam serviços, que geram empregos, que trazem investimentos para a Cidade.

Então, por isso eu quero aqui, mais uma vez, manifestar e contrariar, Ver. Idenir Cecchim, os seus argumentos. Eu quero debater com V. Exa. esta noite, porque

talvez V. Exa. não tenha interpretado o projeto. Eu quero debater com V. Exa., porque, sobre os argumentos que trouxe aqui, acho que V. Exa. se equivocou. Eu quero fazer um bom debate, porque, realmente, este é um projeto que ataca a todos, vai atingir realmente todos os bairros da Cidade, não somente os mais privilegiados, como é o argumento que o prefeito trouxe. Então, quero aqui dar nosso apoio à emenda, Ver. Brum, porque acho que o benefício àqueles deficientes que têm suas limitações, para poder garantir sua mobilidade, sua renda, merece toda nossa consideração. Embora queiramos votar contra o projeto, a sua emenda é muito bem-vinda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18, pela oposição.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e, apesar do adiantado da hora, as senhoras e senhores que nos assistem pela TVCâmara. Venho a esta tribuna, mais uma vez, reiterar aqui nossa posição contrária ao projeto de aumento de IPTU. Agradeço ao líder de oposição, que nos cede tempo para fazer o encaminhamento a favor da emenda de autoria do Ver. Paulo Brum, com a vênua da oposição, que votará favoravelmente a emenda. Fiz esse pedido e esse gesto também em função de que tive uma tia excepcional, que já se encontra no oriente eterno, já é falecida. A gente sabe da realidade das pessoas portadoras de deficiência: o que muitas vezes custa o valor de um remédio, quais dificuldades que a vida impõe e que a pessoa portadora de deficiência vence, como um cego faz para passar num concurso público, como ele faz, por exemplo, para estudar e tantas outras situações que a gente sabe, vereador, pela sua caminhada, pela sua trajetória, que representam o significado da aprovação desta emenda, que nada mais representa do que incluir também no rol das residências com benefício da isenção as pessoas com deficiência. Então, acho que é dever desta Câmara fazer este reconhecimento. É fundamental também aqui fazermos um reconhecimento. Lá atrás, no início do governo Fogaça, Ver. Cecchim, que nos antecedeu aqui, foi criada a Secretaria da Acessibilidade, demonstrando – inclusive, o Ver. Paulo Brum foi secretário – que deveria haver para a pessoa portadora de deficiência uma política pública priorizada na cidade de Porto Alegre, deveria estar na agenda positiva da Cidade.

Eu quero me somar àqueles que me antecederam no sentido de entender que este não é um bom projeto. Infelizmente se avizinha uma possível aprovação, não para o bem da Cidade, no nosso entendimento, mas esta emenda minimiza, isentando, pelo menos, as pessoas portadoras de deficiência do pagamento do IPTU, para uma determinada faixa, que já estava lá, que já é a faixa do texto atual, mas que não previa a isenção para pessoas portadoras de deficiência.

E quero fazer um reparo aqui, Ver. Tessaro, porque nós estamos tratando de IPTU, e, na minha fala, quando me referi ao IPTU, dei o exemplo do ITBI com relação às avaliações do IPTU. Não quero cometer nenhuma injustiça, a gente sabe que não é somente no ITBI, mas no ITCD também é necessário que se façam avaliações. Em algumas vezes, essas avaliações recebem a discordância das pessoas que estão fazendo uma transação de compra e venda, ou na doação, ou até mesmo no inventário, mas isso não é nenhum demérito aos técnicos, que têm procurado dar sua contribuição para o bem da Cidade, com uma formação, pois estudaram para ocupar os bancos que dizem respeito àqueles que têm o dever e a obrigação de fazer esse trabalho técnico; e, sobre uma avaliação regrada na orientação legal, eles têm feito as suas rotinas. Portanto, não vamos confundir o IPTU com o ITBI e o ITCD. Somos contrários ao aumento do IPTU, que não surja nenhuma má interpretação com relação a essa afirmação, a essa argumentação que a gente usa como elementos para subsidiar o debate.

Com relação à emenda, Ver. Paulo Brum, afiançado pelo líder da oposição, quero me manifestar de que a oposição vota a favor de V. Exa. nesta iniciativa que tem como objetivo salvar e isentar as pessoas portadoras de deficiência do pagamento do IPTU. Acho que é oportuno e importante que nós possamos também tentar, através dessa aprovação, isentar essas pessoas desse pagamento. Mais uma vez, reiterando aqui a nossa contrariedade e aprovação do projeto, mas, em se avizinando uma aprovação por maioria, pelo menos vamos salvar as pessoas portadoras de deficiência do pagamento do imposto. São essas as nossas considerações, Obrigado pela atenção, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores. Estamos agora encaminhando a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Paulo Brum. Há um grande mérito na proposição do Ver. Brum, é justo que, dentro da nossa Cidade, possamos conceder isenções a pessoas que já tenham as suas vidas significativamente impactadas por conta de limitações de mobilidade, limitações visuais, auditivas. E por isso, nós, da bancada do PSOL, votaremos favoravelmente a essa iniciativa. Nós gostaríamos de estar contribuindo mais para a construção de uma proposta decente para a nossa Cidade, mas todo esse atropelo nos é muito ruim, muito ruim. Vamos entrar noite adentro, já são 20h20min, discutindo 35, 36 emendas; somente as três últimas, se não me falha a memória, não foram destacadas, portanto há possibilidade de discussão de uma a uma, encaminhamento por bancadas. E essa iniciativa tem grande mérito, acredito eu, vai ser aprovada com bastante facilidade, muito provavelmente, por unanimidade nesta Casa.

Agora, nós não podemos aceitar que certos discursos proferidos nesta tribuna prosperem. Por exemplo, dizer que a nossa bancada, do PSOL, não pensa na população mais pobre, população da periferia. No bairro Restinga, lá no Extremo Sul de Porto Alegre, algumas regiões serão impactadas. E já transitei por muitas ruas da Restinga, e, em nenhuma delas, encontrei grandes mansões. Portanto, a majoração de R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 em algumas daquelas residências vai trazer um impacto violento no orçamento dessas pessoas. Muitas pessoas têm os seus custos contados, contam moedas, por isso não podemos aceitar a banalidade do discurso que coloca tudo na vala comum, que empurra a cidade de Porto Alegre para o maniqueísmo. Tanto estamos do lado da população, que todas as propostas que o prefeito tentou tramitar ou conseguiu tramitar contra – por exemplo, a isenção para idosos no transporte público, o meio passe estudantil, a limitação de passagens para justamente os deficientes –, todas essas nós fomos contrários, atacamos o prefeito, atacamos as diretrizes do governo. E, neste caso, nós pedimos transparência. Este projeto não deveria estar tramitando com essa celeridade. Deveríamos estar fazendo um debate tranquilo, sereno, chamando a população, talvez numa comissão especial, que tem três meses para acontecer. Se tivesse sido proposta pela liderança do governo desde o início, para que pudéssemos chamar a população – não basta só fazer comissão especial trancada a quatro portas, com alguns poucos representantes –, chamar todas as entidades, fazer reuniões temáticas nos diferentes bairros de Porto Alegre, talvez nosso encaminhamento fosse diferenciado, talvez a nossa bancada pudesse estar ajudando para contribuir nessa proposta, mas de jeito nenhum. Este projeto não terá o nosso voto, ao contrário da emenda do Ver. Paulo Brum. É uma emenda que minimiza os problemas graves que este projeto pode trazer para nossa população, portanto ela nos é simpática e contará com todo o nosso apoio. Parabéns, Ver. Paulo Brum. Lamentamos que tenhamos que votar de afogadilho, mas a sua proposta reduz um pouco os problemas que este projeto, tão ruim, traz para nossa Cidade. Boa noite.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, amigos que nos visitam, TVCâmara; tocou para mim, com satisfação, em nome da bancada, encaminhar o voto de apoio a um vereador da nossa bancada, que é o nosso querido Paulo Brum – reconhecidamente um baluarte na luta em defesa das pessoas com deficiência. Vocês não imaginam o que é uma pessoa com deficiência. As pessoas não imaginam. Toda e qualquer benesse, toda e qualquer ajuda que vier a ser dada para uma pessoa com deficiência ainda é pouco do que a gente pode fazer pelo semelhante. Eu estava muito preocupado porque eu queria incluir como subemenda à emenda de Paulinho – que nós vamos votar com louvor e que está nos encantando

porque inclusive a oposição entende a mensagem, tira a ideologia e vai pelo bem, vão votar também o PSOL, o PT, o PSD com a emenda de Paulo Brum – o problema do Parkinson. E me tranquiliza o Ver. Paulo Brum dizendo que o Parkinson está incluído nisso, porque o Parkinson não deixa de ser uma deficiência. A maior parte do dia, o parkinsoniano tem dificuldade em se movimentar, Vereador; dificuldade em fazer as mais comecinhas ações, Ver. Adeli Sell, as mais simples, Ver. Paulinho e Ver. Prof. Alex Fraga, as mais simples, como inclusive colocar uma roupa, uma gravata, um sapato. Outras vezes o parkinsoniano está bem, ele tem essa graça um pouco maior do que o deficiente por lesão de coluna, por exemplo; mas não é diferente na hora da crise, Ver. Reginaldo Pujol. Não é diferente. E ele me tranquiliza dizendo que o Parkinson também é reconhecido como uma deficiência dentro dos códigos constitucionais.

Então, eu venho aqui dar o depoimento da necessidade de um parkinsoniano precisar de ajuda, e o governo está querendo tirar os 25% que ele ganha a mais na aposentadoria para poder ter um cuidador. Está querendo retirar, Reginaldo Pujol, o governo federal, nessa grande reforma da previdência. E nós temos que lutar. Assim como o Paulo Brum é um baluarte, um defensor dos deficientes, eu queria me unir pelos parkinsonianos, meus amigos, meus queridos, porque eu sei perfeitamente o que é essa deficiência. Muito obrigado. Avante com as emendas do Ver. Paulo Brum. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 35 votos **SIM**.

Em razão da aprovação da Emenda nº 03, registramos a prejudicialidade da Emenda nº 36 e, parcialmente, da Emenda nº 32.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 35 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadores e público que nos assiste; esta Emenda nº 04, de nossa autoria, diz: “Exclui o art. 5º do PLCE nº 005/18, vedando a inserção do § 2º no art. 9º da Lei Complementar nº 7, de 1973”. Esta lei prevê que as definições sobre os preços serão fixadas anualmente por Decreto do Executivo, e ela está em vigência. O presente projeto do governo prevê a atualização a cada quatro anos, no início de cada mandato. E nós estamos propondo nesta emenda a exclusão do dispositivo, para que prevaleça a disposição da Lei Complementar, ou seja, que a revisão seja anual e não a cada quatro anos, para que não fique um longo tempo sem revisão da planta, como tem acontecido

até os dias de hoje. Então, a nossa proposta é para que esta revisão seja feita anualmente. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Senhoras e senhores, a emenda do Ver. José Freitas suprime a obrigatoriedade, que foi apresentada no projeto, de cada novo prefeito, no primeiro mandato, mandar um projeto também de revisão da planta para esta Câmara. Qual é o problema? O problema é... Aliás, louvo a iniciativa do Ver. José Freitas, porque tem em mente aqui justamente evitar que se acumulem tantos anos, como ocorre, nesta oportunidade, sem uma revisão da planta. Faço uma reflexão, em primeiro lugar, de que esse poderia ser o mecanismo adotado, caso não passássemos este projeto agora. Por quê? Porque este projeto é de um peso tão grande, ao reatualizar a planta fazer vinte e poucos anos em um, é mais do que cinquenta anos em cinco, este projeto é tão gravoso para a sociedade, que repetir a atualização da planta em quatro anos o tornará mais gravoso ainda. Aliás, com a emenda que aprovamos, em quatro anos não estará sequer terminada a progressão que está sugerindo.

Digo isso concordando com a tese de V. Exa., peço vênias para pontuar algumas coisas com relação à emenda propriamente dita. Ainda, essa discussão, acarreta, sim, um aumento da carga tributária porto-alegrense, e isso não é o meu entender, é resultado dos números, porque carga tributária é arrecadação sobre o PIB. O PIB não cresce, a arrecadação cresce, portanto aumenta a carga tributária. O Ver. Mauro Zacher, que é economista, me olha e faz contas de cabeça. Carga tributária é arrecadação sobre o PIB. Nesse caso aqui não aumenta o PIB de Porto Alegre, aumenta a arrecadação, obviamente é um projeto que acarreta aumento da carga tributária na Cidade, por óbvio.

Aliás, já fiz a conta, e o aumento da carga tributária em Porto Alegre, que este projeto representa, é 0,3% do PIB de Porto Alegre. Com este projeto entregamos para o Município, além dos 40% que já é a carga tributária, mais 0,3% do PIB para as mãos do Poder Executivo. Aqui há uma transferência de renda da população para o governo; e, se assim entendemos isso, requerer que isso ocorra a cada quatro anos, o que é, nada mais, nada menos, do que garantir que daqui a quatro anos nós estaremos aqui, de novo, mais uma vez, a escorchar a população porto-alegrense. A não ser, é claro, que daqui a quatro anos tenhamos um Poder Executivo que chegue aqui e diga que quer reduzir o IPTU. Nunca vimos isso, não creio que vá ser desta vez.

Aliás, o que nós vemos sempre é o Poder Executivo dizer: “Desta vez, o dinheiro do aumento de imposto vai para investimentos”. Nós ouvimos isto repetidas vezes no Governo do Estado, na União e no Município: “Vamos aumentar o tributo, é

só mais um pouquinho, desta vez vai virar serviço público”. Eu não caio nessa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, eu tenho sérias dúvidas em relação à emenda apresentada pelo Ver. José Freitas. O Ver. José Freitas, com a emenda, retira a obrigatoriedade de revisão a cada quatro anos e deixa aquela revisão que é histórica e vem de décadas de que o Executivo pode aumentar ano a ano por decreto. Só que por decreto, Ver. José Freitas, a revisão chega no máximo à correção monetária; o Executivo não tem poder de aumentar mais do que a correção monetária. O que significar dizer? Aprovada esta emenda, nós vamos cair, daqui a 26, 27, 28 anos, salvo que eu esteja completamente errado, exatamente no problema de hoje, ou seja, se atualiza linearmente para todos e não se modificam pontos específicos de crescimento.

Eu respeito a posição, mas acredito que, mantendo a revisão legislativa por lei a cada quatro anos, nós estaríamos dando uma segurança aos cidadãos de que só se reajustaria por lei no primeiro ano de mandato do prefeito a situação da planta de valores. Portanto, tenho muitas dúvidas com relação e acredito que o texto original seria melhor. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Pujol, essa confusão de Camozzato e Comassetto está dando o que falar, vereador. Eu recebi uma mensagem, brincando aqui, que ter vereador Camozzato e Comassetto é como se tivesse o irmão do mal e o irmão do bem. Aí depende de quem está olhando de um lado ou de outro, para saber identificar.

A Emenda nº 4, do Ver. Freitas, eu acho que trata de um tema muito importante. Essa retirada da obrigatoriedade da nova legislatura, do novo prefeito, portanto, de encaminhar uma nova planta de valores, eu acho que é benéfica para a cidade de Porto Alegre. Concordo com sua emenda, votarei a favor, eu acho que, cada vez que nós temos o debate aqui na Câmara sendo feito sobre a planta, ganha a cidade de Porto Alegre, que pode ter voz para debater todas as suas nuances. E não vejo, de forma alguma, que a pauta de envio de revisão da planta de valores prejudique o

pagador de impostos. Muito pelo contrário, acho que a revisão agora da planta de valores prejudicará e muito os contribuintes de Porto Alegre por conta de tudo o que ela provocará de consequência tributária.

Então, eu acho que não tem por que nós termos uma obrigação de que cada novo prefeito encaminhe, especialmente ao início de sua gestão, uma revisão de planta genérica. Acho que isso vai fazer com que todo prefeito seja, de certa forma, obrigado a fazer a Câmara a passar por aumento de impostos, vai fazer com que o processo de aumento de imposto seja acelerado, muito embora, se a gente for tratar de maneira mais filosófica sobre o tema do IPTU, diz a nossa constituição que o IPTU deveria ser calculado sobre o valor do imóvel, e o valor do imóvel quem melhor define não é a planta genérica de valores. Assim o ITBI, o valor da transação. Então, se nós quisermos fazer com que o debate sobre o IPTU fique efetivamente justo, nós precisaríamos tratar de ITBI, cada vez que o ITBI é calculado, que uma transação efetiva de imóveis seja feita, o imóvel possa ter a sua atualização tributária, e não via planta genérica de valores.

Aliás, já existe uma ferramenta tributária que tributa a valorização do imóvel, chama-se ganho de rendimento do imóvel e é pago à Receita justamente quando você vende o imóvel e auferir ganho de patrimônio, você paga um tributo sobre essa valorização. Ali está a tributação da valorização patrimonial e não no IPTU. O IPTU não uma ferramenta tributária para onerar a valorização patrimonial. Na verdade, é uma ferramenta punitiva, inclusive tem sido uma ferramenta punitiva que faz com que, independente do cidadão ter sua renda aumentada ou não, ele tem o seu imposto aumentado. Ele prejudica, portanto, por exemplo, o nosso cidadão aposentado, que tem lá os seus rendimentos permanentes ao longo de muitos anos, vê seu patrimônio melhor avaliado pela planta e, muito embora não tenha aumento salarial, precisa pagar mais caro para poder manter seu patrimônio. Na prática, ele é expulso do seu imóvel. Fazer com que nós tenhamos a obrigatoriedade de revisão da planta de valores é fazer com que a Prefeitura fique obrigada a expulsar cada vez mais rápido o proprietário de seus imóveis. Não concordo com isso, acho que não tem que existir essa obrigatoriedade, assim como, na essência, acho que o IPTU é um imposto que está sendo operacionalizado de forma errada, não só em Porto Alegre como nos diversos municípios brasileiros. Diogo, já existe ferramenta tributária para que a valorização patrimonial de imóveis seja tributada e não é o IPTU, Ver. Mauro Zacher. A ferramenta para tributar valorização patrimonial de imóveis é justamente os tributos sobre valorização, é executado na venda.

Por isso sou favorável a esta emenda, retirar essa obrigatoriedade e fazer com que o pagador de impostos de Porto Alegre seja menos tributado, pelo menos com menos frequência do que se a gente tivesse a obrigação de a cada quatro anos votar isso. Pior ainda seria se a obrigação viesse todos os anos, aí, sim, seria um caos. Espero que a reflexão do IPTU e o debate de Porto Alegre sirvam também de exemplo para debates de outras cidades e quem sabe para o nosso Congresso Federal, para que se altere também a forma com que está organizado. Não é possível que nós tenhamos duas ferramentas tributárias para tratar de valorização de imóveis como na prática acontece.

Isso acaba sendo, de certa forma, bitributação. E, bitributação, aí, sim, é bem complicado e torna ainda mais clara a tentativa vil de prejudicar aqueles que trabalham, constituem patrimônio, que moram nas cidades brasileiras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04, destacada ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar novamente e esclarecer a quem está nos assistindo sobre o que se trata a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Cláudio Janta. Basicamente, a emenda diz que o valor arrecadado acima da inflação pelo IPTU será destinado aos fundos do Município para cumprir demandas do Orçamento Participativo. Novamente, cabe a gente fazer o debate sobre o valor arrecadado acima da inflação pelo IPTU. A gente já tem dados de que o IPTU vem sofrendo arrecadações acima da inflação; já estamos tendo um debate político em torno do tema de como vamos utilizar esses valores do IPTU, muito embora a prefeitura diga que esses valores serão utilizados para benfeitorias na Cidade – e o jornalista Paulo Germano falou, em sua coluna, de quem quer serviços melhores deve pagar tributos maiores –, eu não consigo concordar, porque vejo que temos uma carga tributária no Brasil gigantesca, que nos colocaria, em termos de prestação de serviços, num posto semelhante aos que são hoje os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Suíça, Alemanha. Mas, pelo contrário, cobramos uma carga tributária análoga a países membros do OCDE, aos países ricos, e entregamos um serviço péssimo.

E como bem mostrei, no caso do Rigotto, o aumento da carga tributária em nada resultou em melhoria das contas públicas e tampouco da melhor prestação de serviços por parte do Estado. Isso não se resolve assim, é preciso enfrentar as despesas, é preciso enfrentar os gastos. O que me chama muito a atenção é quando temos o simulador de IPTU retirado do ar, e faz com que todos os vereadores tenham que votar sem saber qual será o IPTU do cidadão porto-alegrense amanhã; faz com que toda população seja submetida a uma caixa-preta tributária; faz com que todos sejam surpreendidos à indefinição. E não é possível, especialmente quando se trata desta emenda do Ver. Janta, que se estime que algum valor será destinado a fundo do Município para cumprir demanda do Orçamento Participativo, uma vez que sequer há repasse para o Orçamento Participativo, porque falta dinheiro, e essa situação não se alterará com o aumento do IPTU, seguirá o Orçamento Participativo sem recursos, seguirá o Orçamento Participativo esvaziado, fazendo reuniões somente para discutir os seus anseios, os seus desejos, os seus sonhos e vendo recorrentemente frustradas as suas

expectativas de investimento público. Por quê? Porque não há dinheiro para gastar e não haverá dinheiro se o IPTU passar, e, vamos combinar, nós temos a projeção de gastos, que já foi apresentada, muito superior ao que é a arrecadação proporcionada pelo IPTU, no primeiro ano, em torno de R\$ 70 milhões.

Como eu falei, o Observatório Social de Porto Alegre esteve na Comissão de Finanças e Orçamento, da qual sou o vice-presidente, e apresentou, ao longo de 2018, apontamentos que possibilitaram a economia de R\$ 66 milhões em licitações. Ou seja, deu um exemplo claro de que, com melhor gestão, mais atenção, é possível gastar menos, economizar valores iguais ou maiores do que o aumento do IPTU, mas a Prefeitura, aparentemente, não tem esse interesse, o que ela quer é aumentar a arrecadação, o que ela quer é iludir a população de que esses valores servirão para os serviços públicos, e conseguiram iludir o jornalista Paulo Germano, porque ele comprou essa versão, assim como muitas pessoas compraram a versão de que isso não é aumento de imposto. Ora, é aumento de imposto, e esse dinheiro não irá para lugar nenhum senão para o rombo previdenciário, para o rombo da folha de pagamento, para o rombo da Carris, para o rombo da Procempa e para tantos outros gastos desnecessários ou questionáveis do ponto de vista da prioridade do cidadão porto-alegrense. Sim, gostaria de ver as suas ruas bem pavimentadas, gostaria de ver suas ruas bem sinalizadas, gostaria de ter segurança pública nas suas calçadas, gostaria de ter podas urbanas executadas, gostaria de ter água, saneamento. Enfim, gostaria de todas as demandas públicas que são evidentes, uma educação municipal com vagas suficientes para a educação infantil; isso não vai vir por cauda do aumento do IPTU. Desculpem-me, mas isso é uma mentira, não vai ser pelo aumento do IPTU. Então fica esvaziada essa tentativa do Ver. Cláudio Janta, muito embora respeite a sua intenção, de destinar recursos para um fundo a ser criado, para demandas do Orçamento Participativo. Acho que é só mais uma tentativa de carimbar recurso público; obviamente que não será efetivada e só prejudica a governança da Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, Ver. Camozzato, a primeira questão é técnica: não pode vincular imposto a uma questão específica, não pode. O imposto tem que ir para caixa única, ele não pode ter destinação específica. O que tem destinação específica, Ver. Ferronato, é contribuição, é taxa, isso sim. Então já está errado aí.

A segunda questão: criou-se um mito de que o Orçamento Participativo é resultado de muita propaganda. Outro dia cheguei aqui na Câmara, estava o pessoal do PT, estavam fazendo aquela catarse coletiva sobre o Orçamento Participativo – com todo respeito. Eu fui secretário de urbanismo e fui convidado pela Prefeitura da cidade

do México para falar sobre o conselho municipal do Plano Diretor Urbano e Ambiental. O senhor sabe de quando data esse conselho? De 1937. Esta cidade, 50 anos antes do PT, tinha experiência de ouvir a sociedade – 50 anos antes! O que nós tivemos, nessa época, era uma ideia política que estava por trás de reproduzir os comitês populares na ideia marxista, leninista da revolução de 1917, e, criando os comitês populares, desautorizar a democracia representativa, os soviets. Aí se criou o Orçamento Participativo. Na verdade, Ver. Ricardo, ele tinha uma coisa muito ruim além de tudo, tão perversa quanto outras tantas, que era o seguinte: ele colocava setores da mesma comunidade em oposição por coisas que são essenciais àquela comunidade, como, por exemplo, definir se era mais importante a reforma numa escola ou 50 metros de asfaltamento numa rua. E aí a comunidade tinha que duelar por isso, um duelo perverso, eximindo o gestor de fazer aquilo para o que ele foi eleito, porque o gestor é eleito para olhar a cidade e discutir no que a cidade precisa ter, de fato, investimento, e um prefeito com comando político que assuma compromisso, que olhe para a cidade, que faça acontecer. Então, isso foi uma falácia repetida, repetida e repetida que virou realidade.

Agora, de novo eu vou dizer aqui...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito às pessoas que estão nos honrando com suas presenças que respeitem os Srs. Vereadores.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Quando eu disse que alguns comportamentos extremados eram iguais, tanto a extrema esquerda quanto a extrema direita, eu fui ali fora e o senhor, pai do Felipe, me disse: “Sempre que a direita precisa, o senhor está ausente.” E eu disse: “Me diga quando?” E ele disse: “Na votação do Memorial do Prestes o senhor não estava.” E não é verdade, eu era o líder do governo. Eu não só estava como nós recebemos um projeto pronto que não tem nada a ver com o do Prestes. E eu tenho visto o pessoal do NOVO repetir isso nas redes sociais me detratando com relação a isso. É engraçado que tem uma vinculação, mas não tem. Disseram que o Valter foi responsável; não tem nada a ver. No governo do PT, com uma emenda do Vieira da Cunha, foi aprovada uma cessão de uma área e que cabia à Federação Gaúcha de Futebol construir a sua sede e, como contrapartida, fazer a construção daquele memorial. Não tinha nada a ver conosco, aquilo tinha um cronograma, e esse cronograma tinha que ser cumprido. E esse cronograma foi cumprido para construção da Federação Gaúcha de Futebol, o Ver. João Bosco Vaz sabe disso, e quem pagou aquele memorial foi a Federação Gaúcha de Futebol.

E aí, nesse radicalismo político, foi de querer botar na gente a responsabilidade que a gente não tem. Eu vi várias publicações nas redes sociais dizendo que eu era partícipe daquilo. Olha, vou dizer para vocês, vocês vão ter que crescer muito para me atacar aqui na questão do combate a partidos de esquerda. Vão ter que crescer muito! Porque, quando não estavam e não tinham nem cadeira aqui, eu estava nesta tribuna dando combate, um bom combate às ideias que eu considero

erradas. Daí, ver do lado de cá, este tipo do que eu consideraria de fogo amigo, com o propósito de te desconstituir simplesmente, para que, em cima de ti, façam escada – isso me perdoem, é inaceitável. Mas eu quero voltar ao início para dizer, Sr. Presidente, que não pode vincular o recurso de imposto a uma destinação específica. Foi essa a razão que me trouxe à tribuna. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, volto à tribuna nesta questão em especial, Ver. Ramiro Rosário, para ressaltar que o fim a que se propõe a emenda, na verdade, é uma inconstitucionalidade. Dentre as categorias de tributos da legislação brasileira, impostos, taxas e contribuições, os impostos, tais como o IPTU, não são passíveis de atrelamento a um fim específico, portanto as receitas que advêm de tributo - tipo imposto - não podem ser vinculadas para o gasto, quanto mais através... Neste caso, não seria com finalidade específica. Esta é uma emenda que estabeleceria apenas uma forma, vincularia o imposto à forma de sua alocação, qual fosse a votação através do Orçamento Participativo.

Então, já são 21h e ainda estamos, se não me engano, na Emenda nº 04 ou 05. Esta emenda encaminhamos de forma desfavorável, para que seja rejeitada. Isso porque, como já disse, não é possível que nós atrelemos qualquer receita advinda de imposto a um fim específico. O imposto é genérico, é o que alimenta o que chamamos de caixa único, e digo isso apenas para dizer que há outras emendas no mesmo sentido de que vamos dar o mesmo encaminhamento, porque sabemos que não é pequeno o aumento de imposto que este projeto acarretará. Ele acarretará um aumento de 50% da arrecadação de IPTU da Cidade, são R\$ 300 milhões.

Agora, recordo-me bem que o Ver. Cláudio Janta, quando apresentou esta emenda, apresentou logo após a audiência pública que ocorreu em razão deste projeto. E foi uma audiência pública em que vieram membros do Orçamento Participativo a este plenário, para os quais foi dito que o aumento do IPTU ajudaria a fazer as obras do Orçamento Participativo – essa é a razão da emenda. Esta emenda é inconstitucional, nós vamos encaminhar contra, mas é preciso fazer esse registro. Esta emenda inconstitucional nasceu de uma promessa vazia de encaminhar para o Orçamento Participativo os recursos decorrentes do aumento do IPTU, aliás, numa conversa esquizofrênica, porque diz que não é aumento, mas o dinheiro do aumento será para o Orçamento Participativo. Aliás, um reconhecimento que, por várias vezes, o governo fez, uma coisa quase que freudiana de admitir que há um aumento de imposto. Então, é incondicional a emenda? É. Nós votaremos contra, sim, mas é preciso reconhecer que ela nasceu de um argumento usado pelo governo na audiência pública para induzir em erro as pessoas que foram trazidas do Orçamento Participativo, garantido-lhes que

haveria recursos para entregar às obras do Orçamento Participativo, que nós sabemos, o Ver. Valter falou, nunca houve o recurso e nunca haverá, porque as demandas são infinitas e o recurso é limitado. E essa é a compreensão que as pessoas precisam ter. A Prefeitura diz: “Vejam, falta asfalto. Falta serviço de saúde”. Falta tudo, mas age como o recurso da população fosse infinito! As demandas é que são infinitas, os recursos são limitados. E o recurso que falta na Prefeitura também falta no orçamento das famílias. Ou as famílias de Porto Alegre, ao fim do mês, jogam dinheiro para cima e guardam na poupança o excedente do seu recurso? Não é isso que acontece, as famílias terminam o mês contando centavos, quando não se endividam, terminando o mês no cheque especial, rolando dívida de cartão de crédito – essa é a situação real da economia porto-alegrense. Falta dinheiro na Prefeitura? Falta, mas falta dinheiro nas famílias. E a solução não é agravar a crise das famílias, porque isso jamais salvará a crise da Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Pujol, talvez nem haja necessidade de usar todo o meu tempo, mas eu precisava vir a esta tribuna para não apenas justificar o meu voto, mas também para poder contribuir com o debate. Primeiro que este vereador entende que a participação popular ou a democracia participativa sempre é um avanço. Cidades que oportunizam isso para os seus cidadãos, com certeza, conseguem definir melhor o rumo dos seus recursos. Então, quero dizer que, em qualquer situação, eu defendo seja o Orçamento Participativo, desmanchado por este governo, sejam os conselhos municipais, também desmanchados por este governo, sem tirar a autonomia do governo. Aliás, talvez, para alguns vereadores que me antecederam aqui, falar em democracia participativa pode cheirar a sei lá o quê! Não há um entendimento por parte deles, talvez preferam que voltemos ao passado, e as emendas parlamentares, então, voltem ao clientelismo que já prevaleceu no passado. Ou que nós aqui venhamos repercutir a emenda obrigatória, como existe no Parlamento Federal, onde os deputados, enfim, encaminham os seus recursos.

Bom, cabe aqui a cada um justificar o seu voto e os seus encaminhamentos, mas este vereador aqui tem um apreço por tudo aquilo que a participação proporciona, como os plebiscitos, ainda mais se tiver na lei a garantia de que o cidadão possa ali definir os rumos, porque, quando se exige um plebiscito, é justamente quando aquele governante se elegeu e não falou isso na campanha, como aconteceu aqui no Governo do Estado. Então, eu não tenho o menor receio de que, quanto mais houver a participação da população, com certeza, os governantes tomarão as melhores decisões. Eu quero aqui lembrar ao Ver. Valter Nagelstein, por quem tenho o melhor respeito e carinho, faço aqui com ele o bom debate, quando o ex-deputado e ex-vereador desta

Casa aprovou aquele espaço onde está hoje o Memorial Luís Carlos Prestes, foi o próprio ex-Prefeito Fogaça – e o Ver. Valter Nagelstein era o líder desta Casa, comandou, inclusive, priorizando o projeto, encaminhando-o à base, da qual eu fazia parte. Eu quero só lembrar, porque o tempo vai passando, pode ser que os vereadores venham, em algum momento, esquecer, mas é isso, só foi aprovado, estava lá o terreno, a Federação queria o espaço, e o prefeito Fogaça encaminhou para esta Casa – Valter, quero lembrar, porque votei a favor, junto com o encaminhamento de V. Exa., que era líder do governo. Então, sem nenhum tipo de mudança na minha opinião, continuo fazendo aquilo que foi importante para aquele momento.

Eu finalizo aqui usando os dois minutos que me faltam para falar da emenda do Ver. Janta. Eu acho importante que pudéssemos aqui garantir recursos para o Orçamento Participativo, porque é a garantia que nós temos que aquelas comunidades possam ir às plenárias, possam estar aqui, os vereadores que participam fortemente desse processo sabem quanto é importante. Quando fui Secretário de Obras, tive aqui a alegria de destinar recursos da CAF, e estão aí fazendo grandes obras. Nós destinamos – estava aqui o Nenê, nosso Secretário da Governança, que participou daquele processo –, alocamos recursos da CAF e botamos em dia. Ora, foram mais de 50 obras de ruas que estavam lá no papel, projetadas, demandadas e que foram entregues e executadas, inclusive, por este governo, boa parte ou até a maioria delas. Quer dizer, nós respeitamos e garantimos o Orçamento Participativo, mas não vou votar a favor da emenda porque o Ver. Janta não está aqui, eu não sei o motivo, mas desconfio que o motivo seja dar garantia para que o governo venha fazer maioria para aprovar o projeto. Eu vou votar contra, porque, se o Ver. Janta quisesse que recursos fossem destinados, ele deveria estar aqui como alguns vereadores que até em condição ruim de saúde estão garantindo a sua presença, mesmo votando contra ou a favor. Embora haja mérito, embora seja importante garantir recursos para o OP, eu voto contra porque o Ver. Janta deveria estar aqui conosco na luta.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, o Ver. Mauro me citou. Para esclarecer: realmente eu era o líder do governo, mas a inclusão do Memorial Luiz Carlos Prestes foi um contrabando, e eu não tenho responsabilidade nenhuma com relação a essa questão. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, muito rapidamente eu vou, mais ou menos, me filiar à posição do Ver. Mauro Zacher: Porto Alegre se tornou a Capital da participação popular, conhecida em todo o mundo graças à participação popular que

aqui temos, e, dentre outras participações, o Orçamento Participativo foi, sim, algo que levou o nome de Porto Alegre para diversos países do mundo. Aqui não vou entrar no mérito, só vou dizer que Porto Alegre tem na participação popular a sua expressão maior. E vou votar contra as emendas de autoria do Ver. Cláudio Janta não por ele não estar aqui, mas porque elas não podem ser votadas e aprovadas, pois não se pode vincular – já disse isto a diversos vereadores – receita de impostos. Nós não podemos aprovar uma emenda dessas sob pena de darmos um atestado de desconhecimento total. Vou votar contra as duas Emendas, a de nº 05 e a de nº 06.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 005/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM**, 26 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Tendo em vista o encerramento do prazo desta sessão extraordinária, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 21h19min.)

* * * * *